

PROGRAMA DE GOVERNO

CONSTRUINDO A CIDADE
PARA ALÉM DO NOSSO TEMPO

DIRETRIZES SÃO PAULO 2017-2020





GRUPOS DE TRABALHO: Democratização da Gestão, Inovação e Atendimento ao Cidadão; Transparência, Prevenção e Combate à Corrupção; Desenvolvimento Regional e Descentralização; Políticas para as Mulheres; Promoção da Igualdade Racial; Juventude; Direitos LGBT; Direitos da Criança e do Adolescente; Direitos das Pessoas com Deficiência; Direitos Humanos e Cidadania; Comunicação; Educação; Cultura; Saúde; Assistência Social; Esportes e Lazer; Desenvolvimento Urbano e Direito à Cidade; Habitação; Meio Ambiente e Serviços Urbanos; Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

ÍNDICE

CONJUNTURA	4
CIDADE INTELIGENTE & INOVADORA	6
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO	9
TRANSPARÊNCIA, GESTÃO PARTICIPATIVA E COMBATE À CORRUPÇÃO	13
MOBILIDADE URBANA E QUALIDADE DE VIDA	15
A EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA	17
CONSTRUINDO UMA CULTURA DE CIDADE	20
CIDADE SAUDÁVEL E ACOLHEDORA	22
CIDADE IGUALITÁRIA, DIVERSA E GARANTIDORA DE DIREITOS	28
DESCENTRALIZAÇÃO E GOVERNO LOCAL	31
POR UMA ALTERNATIVA DE COMUNICAÇÃO	33
DIREITO À CIDADE E POLÍTICA URBANA SUSTENTÁVEL	34
PT E O LEGISLATIVO	39
LEITURA COMPLEMENTAR	42

O QUE ESTÁ EM JOGO NAS ELEIÇÕES PAULISTANAS?

A principal cidade do país será palco, nos próximos meses, de uma batalha crucial para as forças populares.

Ao votarem para prefeito de São Paulo, os eleitores e eleitoras decidirão pela continuidade ou interrupção de um projeto lastreado sobre a humanização do espaço público e a ampliação dos direitos de cidadania.

Mas não é só. Este dilema local se funde com a disputa que recorta o país. As urnas também decidirão se nossa maior metrópole permanecerá ou não sob o governo de um bloco alinhado à democracia e à justiça social como paradigmas do desenvolvimento.

São Paulo votará por seu destino e também pelo futuro do Brasil. A cidade fará uma escolha entre a soberania do povo e o retorno do coronelismo urbano, entre a legalidade constitucional e o golpe, entre a inclusão das maiorias e o retrocesso liderado pelas oligarquias.

O Partido dos Trabalhadores e seus aliados devem se preparar para o confronto entre projetos antagônicos de civilização, para o qual serão inevitavelmente arrastados todos os temas municipais ou nacionais.

O conservadorismo, em nossa cidade, representa o que há de pior na contraofensiva reacionária que inunda o planeta. Seu programa não expressa apenas o apetite hegemônico dos grupos econômicos privados e seus interesses em ter a Prefeitura a seu serviço.

A esta agenda somam-se os valores mais retrógrados, como o racismo, o machismo, a homofobia, a discriminação regional e a xenofobia.

Acabou o flerte dos partidos de direita com a modernização capitalista que buscaram empalmar em outros períodos: sua resposta majoritária ao processo de mudanças liderado pelo PT é a ruptura com o compromisso republicano e os direitos civis.

A imensidão da capital dos paulistas, seu peso político e econômico, torna fútil qualquer discussão sobre o caráter do próximo pleito, se terá a dominância de questões locais ou se os conflitos nacionais serão os predominantes.

Não temos qualquer dúvida: a radicalidade da situação política exibirá as entranhas de todos estes temas, juntos e misturados.

As mesmas alianças fundamentais que se chocam na contradição federativa, entre democracia e golpismo, estão formadas também para a concorrência ao comando do município. Qualquer tentativa de separar esses cenários seria inócua e infeliz.

O esforço eleitoral deve se alimentar da resistência legalista que empolgou várias parcelas da sociedade, ao mesmo tempo em que oferece robusta agenda local, de realizações e metas, que permita empolgar a cidadania.

Os candidatos da direita devem ser permanentemente denunciados como cúmplices de um cambalacho autoritário que deseja, no país e nas cidades, eliminar conquistas sociais, desbaratar o sistema público de educação e saúde, arrochar salários e aposentadorias, expulsar a participação popular das instituições e entregar o comando absoluto do Estado às oligarquias.

Nosso objetivo é transformar a campanha pela reeleição do prefeito Fernando Haddad em um grande movimento progressista, unificado ao redor de um programa para São Paulo, que extrapole preferências partidárias e seja capaz de animar o mundo do trabalho, da produção e da cultura, os jovens e as mulheres, os trabalhadores manuais e intelectuais.

A atual administração tem muito a mostrar. Além de avanços em saúde, habitação e educação, entre outras áreas, foi principalmente na mobilidade urbana que nosso governo demonstrou vocação para mudar velhos esquemas privatistas e ambientalmente insustentáveis, enfrentando a oposição raivosa de monopólios da mídia e grupos fundamentalistas da sociedade dos automóveis.

As elites paulistanas não são inimigas de bicicletas, mas de qualquer avanço na ocupação da cidade pelo povo trabalhador que restrinja privilégios de locomoção até então usufruídos por uma pequena minoria, ao redor da qual se organizava o sistema de obras e investimentos da Prefeitura.

A espinha dorsal das propostas que apresentaremos aos paulistanos será o aprofundamento dessa política nos principais territórios da vida paulistana. O transporte, a educação, a saúde, a habitação e a cultura são direitos inalienáveis, cuja universalização depende do poder público e do enfraquecimento da rede de interesses privados que transforma esses serviços indis-

pensáveis em regalias para poucos.

Convidamos a militância de esquerda, em especial os petistas, a ocupar São Paulo para defender estas ideias e bandeiras.

A nova lei eleitoral, a decisão do Supremo Tribunal Federal proibindo o financiamento de campanhas por pessoas jurídicas, a conjuntura e o momento político e econômico que estamos vivendo trazem o enorme desafio para nossa militância de esquerda, em especial para o Partido dos Trabalhadores. Nós temos condições e o dever de superar essas dificuldades, trazendo no bojo dessa luta práticas e métodos que incentivem a cidadania e uma militância aguerrida.

É um momento de uma profunda reflexão e de abolir vícios adquiridos nos últimos períodos, e voltar às práticas que ensejaram a fundação do Partido dos Trabalhadores, evidentemente atualizadas para o momento. Somente a esquerda e o nosso partido têm condições reais dessa superação.

A campanha do companheiro Fernando Haddad e dos candidatos a vereador deverá ser construída em cada rua e praça, em cada local de estudo e trabalho, em cada área de lazer e esporte, em cada canto de diversão e cultura.

O Partido dos Trabalhadores, como em outras oportunidades de nossa história, estará à altura do papel que lhe cabe na defesa da democracia, dos interesses populares e de uma cidade mais humana.

CIDADE INTELIGENTE & INOVADORA

A gestão Haddad foi a que colocou São Paulo dentro da era digital: aplicativos de mobilidade, saúde e outros, WiFi livre, laboratórios de tecnologia, programas como Fab Lab Livre e Vai Tec, a regulamentação do Uber. Após o êxito do projeto de implantação de ciclovias e do esforço para humanizar a metrópole, o grande desafio da próxima gestão em São Paulo deverá ser o aprofundamento das ações de inovação tecnológica. A adoção de ferramentas que conjuguem elementos de eficiência e qualidade de vida por meio de estratégias tecnológicas novas (ou já consagradas em algumas cidades do mundo) será tornada definitivamente uma política central do governo.

Estima-se que US\$ 1,5 trilhão seja investido na infraestrutura das “smart cities” (cidades inteligentes) até o ano de 2020, em localidades como Barcelona, Dubai, Roterdã, Viena, Dallas, Zaragoza, Cingapura. São Paulo, assim como grande parte das metrópoles do mundo, vai se integrar vigorosamente a esse esforço, visando primordialmente áreas como segurança pública, democratização da gestão, tráfego urbano, questões ambientais (lixo, áreas verdes, poluição do ar, intervenções sanitárias), entre outras.

Por intermédio das ferramentas da Cidade Inteligente, a tecnologia permite obter em segundos dados completos sobre as variáveis da vida urbana, algo que será cada vez mais crucial - no ano de 2050, segundo projeções de demógrafos, três quartos da população mundial viverá nas zonas urbanas. Informações precisas permitem soluções racionais de urbanismo e ar-

quitetura, infra-estrutura, trânsito, indicadores sociais, econômicos e ambientais, entre outros, ajudando a equacionar problemas de mobilidade, educação, saúde, habitação, segurança, comunicação, etc.

A ampliação do conceito de governança, com a sedimentação de um banco de dados sobre a metrópole, também capacita os cidadãos a acompanharem os atos do governo, a terem acesso rápido a serviços municipais, renegociarem débitos, redefinirem prioridades e conduzirem seus próprios destinos. Isso significa mais transparência. Programas específicos ajudam a simular impactos de obras e ações do governo antes que sejam efetivadas, permitindo potencializar tanto economia quanto investimento.

As tecnologias digitais criam oportunidades vastas para os governos aprenderem a conhecer seus cidadãos e seus recursos. Em geral, instituições governamentais fazem pouco uso da experiência daquelas pessoas que estão dentro e fora do governo com credenciais científicas, talentos específicos e conhecimento das ruas.

A Cidade Inteligente se vale de sua capacidade de fazer a leitura dos diversos aspectos da vida urbana para incrementar a intersetorialidade e promover ações transversais de suas diferentes áreas. Um exemplo é a Comunicação, na qual a sistematização dos dados produzidos pela inovação tecnológica permite usar a informação de forma curatorial, humanizada, com objetivos sociais e democratizantes.

Outro exemplo é no acompanhamento eletrônico

dos dados da saúde pública, fortalecendo os sistemas de prontuários eletrônicos. É possível potencializar, por meio da tecnologia, a área do turismo de negócios de São Paulo, o maior dos destinos do País nesse quesito. Pode-se projetar demandas do setor, com o desenvolvimento de uma rede de turismo inteligente, facilitando cooperação entre entidades e empresas.

A tecnologia, adotada com inteligência, atua decisivamente nos indicadores da segurança pública. Resulta numa cidade mais segura. O monitoramento do espaço urbano, dos transportes coletivos e individuais e das escolas, da iluminação, entre outros, permite que a “Smart Sampa” tenha uma visão clara dos locais de intervenção imediata e das medidas que se devem tomar.

A segunda gestão Haddad se dedicará com afinco a desenvolver e instalar instrumentos que permitam uma maior interação (e conseqüente aproveitamento) das diferentes áreas da ação de governo. Assim como foi fundamental, na primeira gestão, repensar o modelo urbanístico da cidade à luz de seus desequilíbrios, suas segregações e sua imobilidade, agora é fundamental perseguir como objetivo a transversalidade total das ações públicas.

Partindo-se do pressuposto de que a informação conduz a mudanças comportamentais, uma ampla rede de monitoramento dos hábitos e das movimentações dos cidadãos pela cidade de São Paulo tenderia a permitir identificar tendências, demandas e carências, e atuar para integrar, potencializar, sanar.

Mas esse sistema de informação deverá atentar para uma premissa básica do Partido dos Trabalhadores: a dimensão social da tecnologia. A quem ela se põe a serviço? A quem serve a Cidade Inteligente? Como já assinalou em sua primeira eleição, o prefeito Haddad acredita que São Paulo só poderá caminhar de forma esperançosa e resoluta para o futuro se forem adotadas políticas públicas de inclusão social e redução drástica das desigualdades e da segregação territorial.

A economia conseguida com a adoção de tecnologia permite a reinversão de recursos em áreas mais fragilizadas da vida urbana, longe de ser um fim em si mesma. E estimula a criar um estado regulatório mais competente, no qual descentralização e transparência administrativa constituem um passo adiante para uma sociedade mais inclusiva.

A ação da prefeitura terá a meta precípua da democratização, ao potencializar a possibilidade da participação do cidadão na solução de cada um dos problemas da metrópole. O desenvolvimento de serviços públicos digitais deve ter por objetivo facilitar a interação do cidadão com o governo e observar princípios de transparência, participação e proteção da privacidade. Deve-se priorizar a autonomia tecnológica, com uso e desenvolvimento preferencial de software livre e padrões abertos, que permitam a colaboração da sociedade no desenvolvimento dos serviços, bem como garantam maior segurança e capacidade de auditoria.

A inclusão digital e o acesso às novas tecnologias ampliam as oportunidades e benefícios de aprendizagem, assim como o trabalho. Este aspecto reforça a atratividade do município para empreendimentos de alta intensidade em tecnologia e conhecimento, contribuindo para fortalecer a imagem de São Paulo como centro de criação de conhecimento e tecnologia, uma “Sampa do Desenvolvimento, Inovação, Trabalho e Inclusão” - uma cidade inteligente, tecnológica, inovadora, humana e inclusiva a partir do trabalho.

A centralidade do trabalho para o desenvolvimento da cidade é tarefa fundamental de um governo que possua como visão principal a criação de uma cidade para todos e todas. Há hoje muitas ferramentas da tecnologia que podem converter um núcleo urbano normal em uma cidade inteligente. Sua adoção deve ter como princípios, sempre, a participação e a proteção da privacidade. Sensores invisíveis camuflados em qualquer ponto (cestos de lixo, semáforos, terraços de edifícios) facilitam a captação de informação que permite gerir de maneira mais eficiente os serviços de uma metrópole, melhorando recolhimento de lixo, gestão da água, qualidade do ar ou detecção de níveis de contaminação.

O novo século pede uma atualização constante das estratégias tecnológicas na gestão das cidades. Novas plataformas de tecnologia colaborativas e sustentáveis têm mudado radicalmente a forma como se espraia a democracia: softwares abertos, carros elétricos, edifícios verdes, enciclopédias digitais, a forma como o capital flui e até mesmo como se apanha um táxi no século 21.

Em Chicago, sensores de GPS na neve providenciam uma leitura em tempo real das precipitações at-

mosféricas desse tipo, advertindo para locais de acesso difícil ou fácil. Em Zaragoza, na Espanha, o Cartão do Cidadão desbloqueia as bicicletas, ajuda a buscar livros em sebos e paga a viagem de ônibus. Em Nova York, cientistas instalaram sensores que ajudam a deflagrar alertas de tempestades, ciclones e alagamentos, prevenindo tragédias.

A Internet das Coisas (do inglês, Internet of Things) trouxe a possibilidade de conectar, por meio da internet, aparelhos eletrônicos do cotidiano, como eletrodomésticos, a máquinas industriais e meios de transporte - e cujo desenvolvimento se assenta sobre

sensores wireless e nanotecnologia.

As cidades do século 21 são um ambiente urbano inteiramente conectado atualmente por meio dos smartphones. E, após anos em que a perspectiva dominante vinha sendo puramente tecnológica, os urbanistas destacam que os projetos que ganham mais protagonismo, no momento, são aqueles em que o smart citizen (cidadão inteligente) é tão importante quanto a smart city: em vez de se converter em um emissor de dados, torna-se um cidadão que faz uso ativo de todas as ferramentas a seu alcance e que a usa para reapropriar-se da cidade, de seus espaços públicos e seus serviços.

DIRETRIZES

- Coordenar as estratégias de tecnologia da informação e inovação, investindo em infraestrutura de tecnologia, e desenvolver a capacidade de a Prefeitura possuir autonomia tecnológica e de entrega das políticas públicas finalísticas com qualidade e eficiência no uso dos recursos públicos.
- Utilizar o poder de compra e decisão da Prefeitura como instrumento de fomento ao desenvolvimento econômico e tecnológico.
- Tornar São Paulo uma **cidade conectada**, se adequando aos padrões tecnológicos abertos, tendo como princípio norteador o avanço da cultura de participação no município.
- Disponibilizar informações, cruzamento e análise de dados aos cidadãos e cidadãs, bem como a sociedade civil, de maneira a permitir maior apropriação e intervenção na governança da cidade.
- Incentivar a criação de um laboratório de desenvolvimento de aplicativos que permitam aos cidadãos e às cidadãs maior facilidade de acesso e uso dos serviços públicos, acompanhamento e transparência da gestão municipal.
- Colocar a tecnologia como uma dimensão estratégica na formulação e execução das políticas, adotando práticas inovadoras de governança, gestão e financiamento de TI.
- Deve-se promover uma ampla ação de disponibilização de dados abertos e adoção de uma abordagem de **governo como plataforma**.
- Implementar ferramentas de levantamento de dados a respeito das diversas dimensões da vida da cidade, em convênios com Nações e instituições do Exterior, para a coleta e o processamento de informações como base para a tomada de decisões e formatação e implantação de políticas públicas de mobilidade urbana, acesso à cultura, lazer, saúde e serviços públicos.
- Disponibilizar e integrar nossa base de dados com as diferentes instâncias do Estado brasileiro, permitindo maior capacidade de intervenção e eficácia em áreas como saneamento básico, prevenção e combate à enchentes e acidentes naturais, segurança pública e combate ao crime.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO

Em tudo, São Paulo é superlativa em relação às demais grandes cidades do país e da América Latina e se firmou como uma das principais cidades globais. É o principal centro financeiro e comercial da América do Sul, é a maior cidade do continente americano, é a maior cidade do hemisfério Sul. O nosso município representa quase 11% do PIB brasileiro. Se fosse um país, seria a 36ª economia do mundo. O seu orçamento é maior do que o orçamento de muitos países. Com quase 12 milhões de habitantes, São Paulo é a 7ª maior cidade do planeta e integra uma região metropolitana que soma 20 milhões de pessoas.

Essa mesma Região Metropolitana é cercada por cidades metropolitanas como Campinas, Baixada Santista, Vale do Paraíba conformando um aglomerado de 30 milhões de pessoas, um dos maiores complexos industriais e comerciais do mundo. Trata-se de uma macro-metrópole que vai se cornubando, que vai se complexificando e que vai criando um foco de potências industrial, educacional, tecnológica, turística, desportiva, cultural e financeira. São Paulo é o maior destino turístico do Brasil e um dos maiores do continente americano: turismo de saúde, de negócios, comercial, financeiro, de eventos, religioso, cultural, gastronômico, desportivo e recreativo.

Os prefeitos e gestores públicos das últimas décadas, engolfados por um salto quântico no crescimento da cidade e de seus problemas, se transformaram em gestores das demandas e perderam a corrida por elas. Ao invés de governar a cidade, antecipando-se ao ad-

vento de problemas, passaram a ser governados pelos problemas, governados pelas demandas, e sucumbiram a um processo no qual o passado governa o presente e bloqueia o futuro. A falta de planejamento, o olhar fixo no imediatismo político e eleitoral, o não fazer aquilo que era preciso ser feito, a ausência de prudência e ousadia fizeram com que São Paulo se tornasse mais a cidade dos problemas e menos a cidade das soluções, mais a cidade da paralisia e menos a cidade da mobilidade, mais a cidade das dificuldades da vida e menos a cidade do bem viver.

Somente com o prefeito Fernando Haddad esse jogo do perde-perde da cidade começou a ser reequilibrado tornando-se, ao menos, um jogo do perde-ganha. É verdade que as demandas da sociedade e da cidade continuam a ditar a agenda da administração municipal e farão isto por muito tempo. É verdade que as carências da cidade, principalmente as carências da periferia, continuam muito superiores do que as satisfações e a boa oferta de serviços públicos; é verdade que a falta de direitos ainda é superior à sua garantia; é verdade que a falta de cidadania ainda é superior ao exercício de uma cidadania ativa e participativa.

Mas é verdade também que a gestão Haddad perturbou esse jogo de derrotas, perturbou o comodismo, perturbou as mentes conservadoras. Haddad percebeu que, se a administração olhasse só para o passado e suas encrencas de problemas, não existiriam soluções. Haddad enfrentou e enfrenta os problemas com os olhos orientados para o futuro: investiu nas indús-

trias criativas, no turismo (cerca de R\$ 120 milhões), na mobilidade (cerca de R\$ 700 milhões).

Ficar apenas correndo atrás dos problemas do passado é uma corrida fadada à derrota. Haddad percebeu que é preciso enfrentar os problemas do passado correndo para o futuro. Este é o único caminho que pode conduzir São Paulo a um futuro melhor, a um futuro mais humanizado.

A gestão Haddad ajudou São Paulo começar a correr para o futuro quando fez com que a cidade andasse de forma mais cadenciada, reduzindo a velocidade das avenidas para que o fluxo de carros fosse mais contínuo e se perdesse menos tempo nas ruas e avenidas; quando ampliou as faixas exclusivas e corredores de ônibus para que as pessoas ficassem menos no trânsito e mais em casa com suas famílias; quando fez ver que mobilidade não é apenas tapar buracos mas oferecer novas alternativas com a construção de uma rede de ciclovias e ciclofaixas e investindo nos deslocamentos a pé.

São Paulo começou a correr para o futuro quando foram destinadas avenidas e espaços urbanos para usufruto exclusivo para que as pessoas possam caminhar, se encontrar e se divertir aos domingos; quando foram reduzidas as mortes por atropelamento.

São Paulo começou a correr para o futuro quando a gestão Haddad percebeu que a cidade precisava de menos túneis e mais direitos com a instituição de programas humanizadores como Braços Abertos, Transcidadania, com redução do tempo de espera nas filas dos hospitais e postos de saúde, com a construção de uma rede de Hospitais-Dia, com a oferta de milhares de novas vagas em creches e pré-escolas. A gestão Haddad

foi a que mais ampliou a oferta dessas vagas.

São Paulo já garante um futuro significativo quando o prefeito **Haddad conseguiu, numa negociação difícil, reduzir a dívida do município para com a União de R\$ 74 bilhões para R\$ 27,5 bilhões, circunstância que estabiliza as contas do município por, pelo menos, 30 anos.** Isto é futuro, pois, mais recursos poderão ser investidos em educação, saúde, mobilidade urbana, meio ambiente, cultura, lazer e direitos.

São Paulo investiu R\$ 17 bilhões no quadriênio que se encerra esse ano, criando 1 milhão e 200 mil empregos, ao mesmo tempo apresentando a dívida mais baixa da História: 70% da receita corrente líquida da Prefeitura. **Regulamentou o Uber (processo que virou referência para o Banco Mundial) e o transporte privado individual de passageiros, ajudando a criar mais 24 mil novos empregos.** Aprofundou a economia solidária como estratégia de desenvolvimento, a segurança alimentar como estratégia de atenção à cidadania.

São Paulo corre para o futuro quando se verifica a afirmação de um novo paradigma na cidade: o paradigma da ocupação dos espaços públicos. Esse paradigma faz, cada vez mais, com que a cidade seja dos cidadãos e não da pressa, do lazer e não da correria, das caminhadas e menos da poluição, da segurança e não do medo. Ciclovias, avenidas abertas para as pessoas aos domingos, eventos culturais, parques lineares, mobilidade urbana, entre outras iniciativas, constituem um complexo de inovações que se articulam para que as pessoas ocupem os espaços públicos e tenham uma relação com a cidade mais aberta, mais intensiva, mais humana e mais humanizadora. Isto é correr para o futuro.

DIRETRIZES

• D1) UMA DÉCADA EM QUATRO ANOS

Garantir a execução das seguintes PPPs, concessões e demais parcerias para o desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda, na cidade de São Paulo:

Concessão da Arena Anhembi

Assegurar a concessão do terreno para a Construção da nova Arena, espaço para shows e eventos no Anhembi.

Concessão do espaço Anhembi

Promover a concessão do espaço de exposições do Anhembi, com transformação em um complexo de eventos.

PPP – Plano de Revitalização do Centro.

Garantir a realização da PPP de revitalização do centro de São Paulo, com investimentos previstos em habitação, serviços e obras urbanas.

Revitalização do estádio do Pacaembu

Realizar a revitalização do estádio do Pacaembu

Revitalização do Autódromo de Interlagos

Realizar a revitalização do autódromo de Interlagos

Garantia de investimento na Região Leste da cidade

Garantir investimentos na Zona Leste de São Paulo, para a expansão da Lei 15.931/2013 – que prevê a concessão de incentivos fiscais para empreendimentos instalados em perímetro específico na Zona Leste.

PPP – LED

Assegurar a realização da PPP da iluminação de LED no município de São Paulo, incorporando novas tecnologias que viabilizem funções para implantação de uma

• D2) FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS DE ESTÍMULO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Estruturar formação e capacitação de micro e pequenas empresas, dando prioridade à área da economia criativa. Promover políticas de acesso das micro e pequenas empresas às compras públicas municipais e às cadeias de valor de grandes empresas.

• D3) PROMOÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Promover políticas públicas de economia solidária, com participação social e envolvimento do Fórum Municipal do setor. As regiões periféricas do município serão priorizadas, com concessões de crédito, parcerias internacionais, soluções tecnológicas e com formação para o

• D4) DESENVOLVER O PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E DINAMIZAÇÃO DOS CENTROS DE BAIROS E COMÉRCIO DE RUA

Desenvolver os centros de bairros e o comércio de rua. Realizar estudos de vocação econômica visando a empregabilidade e qualidade de vida.

• D5) FORTALECIMENTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PÚBLICA

Fortalecer o programa de formação profissional público, por meio da criação da rede municipal de formação. Serão priorizadas parcerias com empresas na experimen-

• D6) FORTALECER AS ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS DE PROMOÇÃO DO TURISMO COM O OBJETIVO DE:

Preparar a cidade para dobrar o número de turistas, nos próximos 10 anos, com formação de mão de obra e convênios entre os representantes do empresariado da área de comércio e serviços e os representantes

Cidade Inteligente.

Estádio do Canindé – Portuguesa

Garantir a licitação do estádio do Canindé.

Ceagesp

Promover a transferência da sede da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEA-GESP). Serão criados atrativos para o mercado imobiliário e instalada uma zona mista voltada para a economia criativa e pólo tecnológico.

Estádio do Canindé – Portuguesa

Promover a Parceria Público Privada para transformação do estádio do Canindé (Portuguesa num centro econômico).

Organizar convênios e parcerias entre bancos e agentes do BNDES, em conjunto com o SEBRAE, para disponibilização de linha de crédito, de capital de giro para micro e pequenas empresas, objetivando a empregabilidade em todas as regiões da cidade.

empreendedor nas faixas etárias e perfis mais atingidos pelo desemprego, como mulheres e negros. A aquisição pública, comercialização e consumo dos bens e produtos oferecidos por esses setores serão incentivados pelo governo municipal.

Aplicação de tecnologias para cidades seguras (LED e monitoramento).

Criar o programa de urbanização e acesso a crédito.

tação técnico-profissional, e desenvolvido um sistema que articule os diversos programas e ações sociais redistributivos, de combate à pobreza e à exclusão social.

dos trabalhadores.

Elaborar e executar o plano de formação para taxistas e transportes de passageiros.

Elaborar plano de renovação e padronização da frota

para taxistas.

Organizar circuito turístico com transporte e guias treinados bilíngues.

Garantir a realização de um evento internacional por mês na cidade.

Promover a cidade de São Paulo em mídias nacionais e

internacionais

Atrair empresas nacionais e Internacionais da área de entretenimento para investimentos em São Paulo.

Potencializar as modalidades turísticas de saúde e negócios.

Trabalhar segurança pública para uma cidade segura para os moradores e turistas.

• **D7) GARANTIA DE SISTEMA ATRATIVO DE OFERTA E DE PROCURA DE EMPREGO E TRABALHO**

Garantir um sistema eficiente de oferta e procura de emprego, renda e trabalho por meio da criação do Sistema Municipal de Emprego, da aproximação do Sis-

tema Público de Emprego e do Apoio aos Microempreendedores e do aprimoramento do relacionamento com as empresas ofertantes de vagas.

• **D8) PROMOÇÃO DE PARCERIAS ENTRE GOVERNO, UNIVERSIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS E O SETOR PRODUTIVO**

Promover parcerias entre a prefeitura, o setor produtivo, universidades, sindicatos patronais e de trabalhadores em torno de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, que induzam o fortalecimento das cadeias produtivas presentes no município, visando o aumento da competitividade das empresas paulista-

nas e a geração de benefícios em escala para a cadeia de fornecedores e geração de emprego e renda para o trabalhador. Os espaços de diálogos, como o Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia e Inovação e os Arranjos Produtivos Locais (APL), serão fortalecidos.

• **D9) PROMOÇÃO DA IGUALDADE E INCLUSÃO, NA EMPREGABILIDADE.**

Promover a inclusão, com base na superação da precarização do trabalho, no combate a informalidade e no respeito a diversidade de gênero, raça, etnia, orientação se-

xual e deficiência, ampliando inclusive a oferta de vagas a egressos do sistema penitenciário e jovens que cumprem medidas socioeducativas e população em situação de rua.

• **D10) ELABORAR O PLANO VOCACIONAL DA CIDADE DE SÃO PAULO, COM O OBJETIVO DE SER O PRINCIPAL CENTRO FINANCEIRO DA AMÉRICA LATINA, A CIDADE DA INOVAÇÃO, A CIDADE DA SAÚDE E TECNOLOGIA, A CAPITAL INTERNACIONAL DA GASTRONOMIA, DA MÚSICA, DO FUTEBOL, DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS**

• **D11) INTEGRAÇÃO DAS INICIATIVAS INOVADORAS**

Integrar as diversas iniciativas de inovação em curso no município, como o Mobilab, Fablab, Telecentro, Wifi Livre, Vai Tec, Tech Sampa, organizando-as sob uma mesma estrutura institucional, promovendo sinergia de esforços no

sentido de melhoria dos serviços públicos municipais. No âmbito da Tech Sampa, propiciar a criação de Centros de Referência em inovação para outros setores, como saúde, economia criativa e educação

• **D12) AMPLIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR**

Ampliar as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, no enfrentamento a exclusão social, através da produção agrícola de hortifrutis, do fortalecimento da

intermediação mercantil e do incentivo à comercialização de alimentos orgânicos e da agricultura familiar e das compras públicas desses produtos

O tema do combate aos malfeitos do serviço público e à corrupção deverá ser um ponto central do debate eleitoral, efeito gerado pelo próprio momento sociopolítico que vive o País. E, possivelmente, não há no momento uma gestão tão preparada para debater esse tema quanto o primeiro governo Haddad. **O governo municipal combateu com eficácia a corrupção e conseguiu recuperar R\$ 300 milhões para os cofres públicos.**

O desbaratamento de quadrilhas que atuavam na administração municipal, como a Máfia dos Fiscais, foi possível com a adoção de medidas de monitoramento e inteligência, ações articuladas desde a primeira hora do governo.

A Controladoria Geral do Município (CGM) conseguiu recuperar R\$ 134 milhões da Máfia do ISS, organização formada por auditores concursados que usavam a administração municipal para extorquir comerciantes - e que cobrou, por mais de 10 anos, propinas de empresas para conseguir descontos ilegais no pagamento do Imposto Sobre Serviços e o Habite-se. Também conseguiu recuperar recursos referentes à Operação Urbana Água Espreada (da administração de 1993 a 1996), no total de R\$ 145 milhões.

Além disso, a gestão Haddad auditou contratos de secretarias e subprefeituras de três anos anteriores, o que permitiu uma economia de recursos públicos da ordem de R\$ 58 milhões. **Também foram recuperados R\$ 300 milhões em ativos (imóveis, automóveis, barcos).**

O processo de compras e contratações públicas é

sempre complexo e de difícil controle social. Muito foi feito desde 2013 para melhorar esse quadro: a divulgação de todos os contratos e convênios firmados pela Prefeitura, na íntegra, é pioneira no Brasil. Também é já é possível, hoje, acompanhar as despesas com cada fornecedor.

A partir de agosto de 2014, houve um avanço significativo em relação à estruturação da Ouvidoria da Saúde, com a padronização dos processos de trabalho (e implantação do sistema de gestão da qualidade); a criação de portaria e projeto de lei (que ainda tramita na Câmara); e a utilização das manifestações dos usuários do sistema público de saúde como indicador de qualidade na avaliação dos relatórios de contratos de gestão e como norteadores da gestão.

O diagnóstico desse setor de transparência mostra um ponto a incrementar: todos os anos, bilhões de reais são investidos na cidade em milhares de ações relacionadas a obras e reformas. Para acompanhar e fiscalizar todas essas obras, o apoio da população, por meio do controle social, é essencial.

Marca forte do primeiro governo, o aprofundamento das ações de prevenção e combate à corrupção é uma das metas da segunda gestão. Para garantir a implementação desses programas, o governo prevê o incremento de ferramentas que permitam mostrar a qualquer cidadão interessado toda a trajetória de uma contratação, desde a abertura de uma licitação até a execução e pagamento de serviços.

Nesse sentido, a melhoria da gestão pública é fun-

damental para uma administração mais transparente, íntegra e eficiente. E para isso é necessário repensar a lógica do serviço público voltando-o efetivamente ao cidadão e valorizando e fortalecendo o Estado.

A gestão Haddad investiu na modernização da gestão e implementou o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), um sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos que promove a transparência e a automatização dos fluxos de trabalho, reduzindo o uso do papel. Também **reestruturou a maioria das carreiras do funcionalismo público municipal, concedendo reajuste salarial, melhor perspectiva de desenvolvimento profissional e investimento em capacitação**. Foi retomada a realização de concursos públicos com a entrada de mais de 16 mil servidores

efetivos nas áreas de Educação, Saúde e Segurança, principalmente, além da criação de novas carreiras estratégicas como os auditores de controle interno e os analistas de políticas públicas.

Os avanços se fazem sentir também na **efetiva construção de uma política municipal de participação social, com o fortalecimento dos canais e mecanismos participativos e na realização de diversas conferências municipais, bem como da expansão e empoderamento dos Conselhos Municipais**. Um importante passo foi a criação dos Conselhos Participativos, com a eleição direta de mais de 1.100 conselheiros em todas as subprefeituras.

Para seguir avançando nessa direção para fortalecer o Estado com transparência, participação e integridade, as diretrizes para o segundo mandato são:

DIRETRIZES

- Consolidar o paradigma de governo aberto na gestão pública, garantindo a transversalidade e a integração entre iniciativas e ferramentas de transparência, participação social, integridade e inovação tecnológica.
- Garantir a transparência nas ações governamentais, observados os procedimentos de transparência ativa e passiva e o uso de uma linguagem cidadã, facilmente compreensível por diferentes públicos.
- Institucionalizar e fortalecer a política e o sistema de participação social, de modo a fornecer instrumentos para o controle social e para intervenção dos cidadãos nos processos decisórios.
- Estimular a integridade pública por meio de instrumentos que visem fortalecer a gestão, prestar contas à sociedade e prevenir comportamentos antiéticos.
- Regionalizar dados e indicadores em instrumentos participativos de planejamento e orçamento (Programa de Metas, PPA, LDO, LOA e planos setoriais).
- Reduzir a dependência das tecnologias proprietárias de grandes corporações e aumento do uso de tecnologias livres e abertas, de forma a garantir a livre distribuição, reuso e auditoria de dados, códigos e ferramentas.
- Fomentar inovações tecnológicas e sociais voltadas à promoção da cidadania, melhoria da gestão pública e desenvolvimento de processos colaborativos e abertos.
- Fortalecer políticas de descentralização administrativa, com mecanismos de prevenção e combate à corrupção, garantindo o exercício do controle social no território.
- Integrar a elaboração e a implementação das políticas públicas municipais com os processos de seleção, recrutamento, aproveitamento, capacitação e desenvolvimento de pessoal.
- Centralizar e padronizar os canais de atendimento ao cidadão, garantindo o acesso por distintos meios adequados a todos os públicos, facilitando o acesso às informações sobre os serviços públicos.
- Ampliar a participação popular nos processos de elaboração dos instrumentos de planejamento e orçamento, avançando em mecanismos de participação digital.
- Simplificar, desburocratizar e informatizar os processos envolvidos na gestão das parcerias com organizações da sociedade civil, visando ampliar a transparência, a produção de dados e a efetividade das parcerias realizadas.

MOBILIDADE URBANA E QUALIDADE DE VIDA

As ações da gestão Haddad para melhorar a mobilidade em São Paulo mudaram a forma como os cidadãos se relacionam com a cidade e trouxeram diversos indicadores positivos - melhoria da qualidade do ar, menos tempo gasto no trânsito, mais rapidez nas viagens de transporte coletivo, redução de custos de transporte de mercadorias, melhoras na qualidade do transporte coletivo, redução de acidentes.

A ofensiva pela mobilidade urbana em São Paulo, que movimentou contratos de **R\$ 2,5 bilhões e gerou 35 mil empregos**, projeta-se para a próxima gestão com a **geração de 210 mil empregos e um investimento de R\$ 4 bilhões**, segundo o BNDES. Essa percepção alargou a ideia de que uma cidade pode se tornar mais eficiente somente com ações humanizadoras e coletivas.

Foram criados **mais de 400 km de faixas exclusivas de ônibus, aumentando em 20 km/h a velocidade dos ônibus e economizando, em média, 4 horas por semana dos passageiros**. Além disso, foi implantada a **rede de linhas noturnas**, uma demanda histórica dos trabalhadores da noite e dos cidadãos que aproveitam a noite para o lazer e a diversão, **beneficiando 800 mil pessoas**. A frota de ônibus foi modernizada, com inclusão de **ar condicionado, wi-fi e USB**.

As novas modalidades temporais do bilhete único (mensal, semanal e diário) ampliam o direito à cidade e barateiam o custo do transporte público para quem mais o utiliza. Já são **3,7 milhões de bilhetes emitidos** nas novas modalidades. Foi no governo Haddad que

os estudantes da cidade conquistaram a reivindicação histórica do **passage livre, contemplando 637 mil estudantes de baixa renda**. A gratuidade para idosos também foi ampliada, reduzindo a idade de 65 para 60 anos. Foi contratada uma auditoria internacional para analisar os contratos e foi implantada uma política de transparência de informações, acabando com a caixa preta do custo do sistema de transportes.

Na área de mobilidade ativa, a gestão Haddad impulsionou como nenhuma outra o uso da bicicleta (não só como opção de lazer, mas também como veículo de transporte), com a implantação de mais de **300 km de ciclovias** segregadas, aumentando em 66% o número de usuários de ciclovias e **reduzindo em 34% as mortes de ciclistas**. Também foram reformadas **1,03 milhão de metros quadrados de calçadas**, ampliando a acessibilidade e melhorando a mobilidade a pé.

A redução da velocidade nas vias **reduziu em mais de 20% as mortes no trânsito, salvando cerca de 260 vidas e diminuindo cerca de 9 mil feridos** em um ano.

A reforma viária ocorrida, com a democratização do espaço viário, teve impactos em diversos indicadores da qualidade de vida na metrópole. O investimento nos pólos ativos de mobilidade urbana têm decorrências diretas na geração de empregos e no aumento do protagonismo dos bairros.

Todas essas ações não surgiram do nada, elas partiram de um diagnóstico de urgência: 8 milhões de veículos nas ruas (1 carro para cada duas pessoas), 992 mortes no trânsito e cerca de 5 mil atropelamentos

por ano, aumento de doenças vasculares, cardíacas, respiratórias, estresse. Os veículos, segundo estudo da Cetesb, são responsáveis por 97% das emissões de monóxido de carbono, 77% de hidrocarbonetos e 80% de óxidos de nitrogênio. A mudança dessa ação nociva ao ambiente atende a recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS).

O governo entende que o espaço viário urbano é escasso e a priorização de meios alternativos de deslocamento é fundamental para mudar esse quadro. A eficiência do transporte coletivo, bem como para a garantia de um trajeto seguro e eficaz, estão entre as medidas prioritárias. E, entre todos, o deslocamento a pé tem prioridade sobre os demais, porque é visto não

apenas como um modo de transporte, mas como uma atividade básica do ser humano a ser plenamente assegurada.

Iniciativas como o programa de **Ruas Abertas** e a abertura de novos espaços públicos na cidade, que antes eram privados, como o **Centro Esportivo Tietê** e o **Parque Chácara do Jockey**, complementam as ações feitas na mobilidade, abrindo a cidade para o usufruto dos seus cidadãos e melhorando significativamente a qualidade de vida. A criação do primeiro **Parque de Esportes Radicais** da cidade, além da **requalificação de 50 Centros Desportivos da Comunidade** e conjuntos esportivos, também promoveram a atividade física e a utilização de espaços públicos.

DIRETRIZES

- O PlanMob-SP 2015, referência técnica e proposta estratégica que trata do Sistema de Mobilidade Urbana para São Paulo, é a base da política orientadora municipal de mobilidade urbana.
- Aumentar a participação das viagens de ônibus e de bicicletas no deslocamento urbano
- Melhorar a qualidade do ar reduzindo a emissão de gases de efeito estufa pela diminuição do uso de transporte individual na cidade
- Reduzir os custos do transporte de mercadorias e bens e promover a intermodalidade no transporte de cargas
- Reduzir dos tempos médios de viagens.
- Priorizar a redução de vítimas do trânsito e o acalmamento do tráfego.
- Priorização da mobilidade a pé, com foco na melhoria das calçadas.
- Expandir a rede de ciclovias e sua capilaridade, integrando as diversas regiões da cidade.
- Ampliar e melhorar as informações disponíveis nos pontos de ônibus.
- Expandir as faixas exclusivas para o transporte público
- Elaborar, em conjunto com os municípios da Região Metropolitana, um plano de logística.
- Foco na coordenação da política de transporte e circulação com o plano de desenvolvimento urbano. O desafio assumido com a proposta dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana do PDE 2014 associa o desenho da rede de transporte de média e alta capacidade com a delimitação de áreas destinadas ao adensamento de atividades de emprego e moradia. Isso pode reduzir a redução do número excessivo de viagens pendulares motorizadas no âmbito municipal no médio prazo.
- Considerar a necessidade de vinculação entre as políticas de transporte dos diversos municípios conurbados da Região Metropolitana de São Paulo, pois os maiores municípios vizinhos a São Paulo são importantes na composição das viagens metropolitanas, visto que a economia destas cidades é totalmente interdependente. A lógica de produção dessas viagens é regionalizada e os fluxos resultantes ocorrem em toda a infraestrutura viária disponível. Dessa forma, é necessário que a abordagem do plano tenha um caráter metropolitano.
- Para garantir o direito à mobilidade a pessoas com deficiência, a administração deve intensificar a ação nos calçamentos da cidade e adotar políticas que incluam a proposição de um plano Plano Municipal de Acessibilidade.

A EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA

Ao destinar um terço de seu orçamento para a educação, São Paulo evidencia em todas as ações da administração qual é o nível de prioridade do setor para a gestão Haddad. O princípio norteador foi e permanece sendo o de educar para a cidadania. O modelo de desenvolvimento que a gestão Haddad trouxe para a cidade, focado nas pessoas, promove a justiça social, a emancipação e a democracia. Em todas as áreas, a gestão seguiu o caminho da construção de uma “Cidade Educadora” voltada para o futuro, com a transversalidade de todos os setores como palavra-chave, extrapolando as fronteiras da escola e buscando se desenvolver em toda a comunidade, nos bairros e na cidade.

Desde 2013 foram realizadas ações importantes que irão marcar a história das políticas públicas na área, como o Mais Educação São Paulo, que reorganizou os ciclos no ensino fundamental e acabou com a aprovação automática; o “São Paulo Integral”, que possui atualmente 111 escolas em que os estudantes permanecem nelas por mais tempo; a expansão recorde de vagas na educação infantil, com a criação de 100 mil vagas e 400 novas creches até o final de 2016; o projeto UniCEU, que instalará uma universidade gratuita nos 46 CEUs, com mais de 11 mil

matrículas realizadas em cursos que vão de Engenharia a Química, Pedagogia e Biologia; e a aprovação do Plano Municipal de Educação, válido até 2025.

A atenção ao tema suplanta o esforço puramente do ensino tradicional. A prefeitura instalou salas de cinemas modernas em 15 CEUs, ampliando a possibilidade da experiência cinematográfica na cidade, e tem assegurado alimentação saudável na merenda escolar.

Para intensificar esse processo de mudança, a próxima gestão prepara uma verdadeira revolução educacional, perseguindo a sinergia entre as políticas educacionais e setores estratégicos, do desenvolvimento urbano à cultura e o esporte, além do turismo e a comunicação.

A gestão identifica cinco eixos indissociáveis como instrumentos de articulação de políticas: Democratização do acesso e garantia da permanência com qualidade; Qualidade social e educação integral; Gestão democrática; Intersetorialidade; e Valorização dos/as profissionais de educação. Sua efetivação tem como foco a implementação do Plano Municipal de Educação (PME), cujas metas e estratégias podem ser antecipadas na medida do possível, como o aumento do investimento público.

• 1 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E GARANTIA DA PERMANÊNCIA COM QUALIDADE

O eixo tem como diretriz a expansão das matrículas e condições de permanência na educação pública por meio de políticas sistemáticas. Isso se expressa nos seguintes compromissos:

- O PlanMob-SP 2015, referência técnica e proposta A Investir na ampliação da oferta de educação infantil de 0 (zero) a 3 (três) anos na rede direta, indireta e conveniada, assegurando sua qualidade e a articulação da etapa escolar seguinte. Para São Paulo, é a base da política orientadora municipal de mobilidade urbana.
- Garantir na Educação de Jovens e Adultos a alfabetização, o aumento da escolarização e flexibilização de tempos e espaços com autonomia, visando à superação do analfabetismo.
- Fortalecer ações que contribuam para erradicar a evasão dos estudantes, especialmente as/os jovens
- Continuar e aprimorar as ações voltadas para a inclusão das crianças, mulheres, dos idosos, da juventude, das pessoas com deficiência, dos negros, dos LGBTQs e toda gama de diversidade que existe na cidade.
- Promover o atendimento e a acessibilidade em todos os aspectos, investindo na adequação arquitetônica dos prédios, na formação dos recursos humanos, na aquisição de tecnologia assistiva (mobiliários, equipamentos e recursos), no acesso à comunicação por meio de línguas, linguagens e códigos, inclusive utilizando recursos de tecnologia da comunicação e informação e no combate a toda forma de discriminação e barreiras que impeçam o acesso, permanência e a participação plena.
- Demandar do Estado de São Paulo e da União, em regime de colaboração, o redimensionamento da oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de Ensino Médio, de forma a atender os 340 mil jovens que estão fora do ensino médio.
- Ampliar as oportunidades de educação para o trabalho.

• 2 - QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO INTEGRAL

- A qualidade na educação afirma-se como processo que exige investimentos financeiros de longo prazo, participação social e reconhecimento das diversidades e desigualdades culturais, sociais e políticas.
- Potencializar o programa São Paulo Integral, ampliando a oferta de educação integral na rede municipal de ensino.
- Apoiar as unidades educacionais na construção de projetos que abordem temas de relevância como adolescência, drogas, sexualidade, DST/AIDS, violência, mundo do trabalho e outros.
- Priorizar a busca de soluções para melhoria da educação no ensino fundamental II.
- Transformar os espaços educacionais em lugares de criação e recriação da cultura, bem como criar um conjunto de ações articuladas que amplie o universo cultural de todos os estudantes.
- Garantir a implementação de políticas étnico-raciais, educação de gênero, a educação em direitos humanos contra qualquer forma de discriminação.
- Garantir a formação dos profissionais da educação para as relações étnico-raciais, e as questões de sexualidade, gênero e condições físicas, intelectuais e sensoriais.
- Avançar na implementação de projetos voltados à superação de dificuldades de aprendizado garantindo a avaliação processual e contínua (externa e interna).
- Fortalecer os serviços ofertados pelo Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI) e do Núcleo de Apoio e Acompanhamento Para a Aprendizagem (NAAPA).
- Ampliar as possibilidades dos saberes, incluindo no currículo escolar disciplinas como música, história da África, espanhol e LIBRAS.

- Modernizar e ampliar possibilidades de interatividade por meio de inovações tecnológicas como possibilidade de enriquecimento dos Projetos Político Pedagógicos e da comunicação entre segmentos e unidades
- Oferecer alimentação saudável nas escolas para garantir o rendimento, o desenvolvimento e a necessária educação visando a formação de bons hábitos alimentares aos nossos alunos, com foco no desenvolvimento sustentável

• 3- GESTÃO DEMOCRÁTICA

O eixo de Gestão Democrática tem como perspectiva aprofundar os processos democráticos de tomada de decisão no cotidiano escolar, contribuindo para a construção e qualificação das políticas educacionais.

- Fomentar a participação dos pais e responsáveis, dos estudantes, da comunidade e dos profissionais da Educação, aperfeiçoando as instâncias de participação: CRECE, Conselhos de Escolas, Conselhos Gestores, Fórum Municipal de Educação, Conferência Municipal de Educação, Fórum Municipal do MOVA-SP, dentre outras.
- Promover a criação de Indicadores de Qualidade do Ensino Fundamental e Médio Paulistano que atendam às especificidades das Rede Pública Municipal e considere o processo educativo em todas as suas dimensões.
- Elaborar coletivamente o projeto político-pedagógico das escolas, consolidando as unidades educacionais como espaços inclusivos e valorizando o protagonismo e autoria de crianças, jovens, familiares, docentes e equipes gestoras.
- Desenvolver uma política de superação e resolução dos conflitos e violências nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino.
- Incentivar e fortalecer a organização livre dos estudantes
- Garantir a implementação do Plano Municipal de Educação (PME)

• 4 – INTERSETORIALIDADE

A educação vai para além da sala de aula e da escola, se relacionando com os bairros e os demais serviços públicos e ações da sociedade civil neles presentes. O eixo de intersectorialidade articula as diversas políticas públicas nos territórios:

- Valorizar os CEUs como um pólo de articulação e de acesso às políticas públicas nos bairros, integrando serviços de educação, cultura, esporte, lazer, assistência social, promoção da saúde, dos direitos humanos, entre outros.
- Criar condições para uma maior articulação entre as políticas de educação, cultura, trabalho, emprego e renda, bem como a construção da rede de proteção social para incidir na qualidade de vida dos grupos discriminados e combater a violência racial e de gênero.
- Elaborar programas intersetoriais visando a permanência dos estudantes e a elaboração de políticas de apoio ao estudante.
- Articular a elaboração de uma política de superação da violência inclusive com o uso de novas tecnologias visando garantir a segurança dentro e no entorno das escolas.

• 5 - VALORIZAÇÃO DOS/AS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

Este eixo compreende que a luta pela melhoria da qualidade da educação pública passa necessariamente pela valorização dos educadores e se consolida por meio da oferta de infraestrutura adequada nos espaços educativos, da vivência pautada nos princípios da gestão democrática, por meio da melhoria das condições de trabalho, da carreira e remuneração, da promoção permanente da saúde dos educadores e da formação continuada dos seus profissionais.

- Garantir uma política municipal de formação continuada aos profissionais da educação da rede direta e conveniada.
- Ofertar melhores condições de trabalho promovendo acesso a recursos tecnológicos inovadores, bem como o compartilhamento de experiências pedagógicas.
- Garantir a manutenção da política de valorização dos profissionais da educação.
- Investimento na Saúde dos profissionais da Educação.
- Fomentar a oferta de ensino superior, especialização, mestrado e doutorado aos profissionais da educação.

CONSTRUINDO UMA CULTURA DE CIDADE

Num balanço preliminar de conquistas ao longo desses últimos 4 anos de implementação de novas políticas públicas pela Secretaria Municipal de Cultura (SMC), há que se celebrar a implantação de programas, projetos e ações que contemplam a reivindicação de novos direitos por parte de muitos segmentos culturais da Cidade. Dentre as iniciativas da SMC, caberia citar o Programa Municipal de Cultura, o Conselho Municipal de Cultura e o Fundo Municipal de Cultura, os editais de prêmios e bolsas para iniciativas jovens, entre outras.

O diagnóstico do Programa de Governo Haddad Prefeito 2012-2016 em relação à Cultura foi constituído por 8 (oito) eixos principais. Além deles, a gestão da Secretaria Municipal de Cultura avançou em muitas ações que não constavam no programa de governo original, principalmente no eixo Políticas de Difusão e Acesso, que, pelos dados disponíveis, ampliou muito as ações de recuperação e remodelação de equipamentos culturais. Os esforços devem visar agora instalação de equipamentos culturais em todos os 96 distritos do município e a instalação de Núcleo de Cultura nas 32 Subprefeituras.

Entre os objetivos alcançados, a gestão definiu um calendário anual de programação cultural que incluiu uma virada cultural no centro, duas descentralizadas e outros pequenos e médios eventos em diferentes temáticas e regiões da cidade. Além disso, conseguiu a aprovação do Fundo Municipal de Cultura, ainda não implementado, e realizou **mais de 160 projetos de fomento às linguagens artísticas (teatro, dança, música, circo) e 500 projetos apoiados pelo Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais - VAI.**

O Programa de Fomento ao Teatro teve 60% de aumento na média de investimento em relação aos três primeiros anos da gestão anterior, com investimento de aproximadamente R\$ 60 milhões. Já a Dança teve um aumento de 126% em relação ao mesmo período, com investimento de R\$ 35 milhões

A 3.ª Conferência Municipal de Cultura, realizada em agosto de 2013, teve participação social com o maior número de representantes relacionados a culturas populares, tradicionais, negras e periféricas. A gestão efetivou 55% das propostas surgidas no encontro.

Destacam-se, entre as realizações, que foi criada na gestão uma instituição de fomento e exibição de filmes, a SPCINE, embrião que já conta com 15 salas de cinema, caminha para se tornar o maior circuito de cinema público do mundo. Detalhe: com ingressos gratuitos, democratizando a experiência cinematográfica para públicos que não têm acesso aos cinemas dos shoppings.

Um dos maiores símbolos do cinema de São Paulo, o Cine Belas Artes, espaço de afeição de todos os paulistanos, que tinha sido desativado, foi recuperado e hoje voltou ao centro da movimentação cinéfila da Capital.

Outra importante ação foi a valorização dos artistas e dos movimentos culturais, com a regulamentação da Lei dos Artistas de Rua, sancionada pelo prefeito Haddad; a isenção de IPTU para teatros de rua, também por meio de lei; o registro de 22 teatros independentes como patrimônio imaterial.

São Paulo avançou nestes últimos quatro anos como metrópole das liberdades coletivas e individuais, do combate

ao machismo e xenofobia, da liberdade de comportamento, reduzindo toda repressão institucionalizada ou cultural contra a liberdade de expressão e de ocupação das ruas. As políticas culturais da cidade valorizaram estas expressões de

forma intensa em todos os bairros: das feiras e festas à explosão do Carnaval de rua (que movimentou na cidade R\$ 400 milhões, 37,5% a mais do que o Sambódromo).

DIRETRIZES

- **Aumento significativo do orçamento para a Cultura:** Alcançar e tentar superar a meta historicamente reivindicadas pelos artistas, produtores culturais e fazedores de cultura da capital para a área.
- **Cultura é Desenvolvimento:** reconhecimento efetivo da cultura como agenda estratégica e indispensável ao desenvolvimento econômico, social e sustentável da cidade de São Paulo. Os agentes e grupos culturais e a política cultural são forças primordiais de transformação positiva da cidade de São Paulo.
- **Novo Modelo de Financiamento da Política Cultural:** Criação de um Fundo Patrimonial (Endowment Fund), em conjunto com educação, saúde e esporte, carregando para a cultura recursos advindos de doações de pessoas físicas.
- **Identidades e Diversidade Cultural: Pares da Formação de São Paulo:** Por seu próprio processo de formação histórica, a cidade de São Paulo tem a diversidade como marca de sua sociedade e sua cultura. Reconhecimento da diversidade cultural como o principal patrimônio e legado da cidade de São Paulo e a afirmação de uma cultura do respeito e de encontros e trocas acolhedoras entre as diversidades e identidades étnicas, raciais, religiosas, nacionais, de gênero, de orientação sexual, de idade, de territórios etc., assim como o veemente enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e ódio. São Paulo como cidade cosmopolita, diversa e acolhedora. Para o próximo mandato, além de valorizar esta rica diversidade marcante na cidade, é preciso ir além e enfrentar e erradicar preconceitos e culturas de ódio. Para os próximos 4 anos, é preciso aprofundar a valorização da diversidade e o combate à intolerância, reconhecendo os plenos direitos da juventude pobre e majoritariamente negra, de migrantes, imigrantes, povos indígenas urbanos e tantos outros grupos sociais e culturais fundamentais da cidade. Suas expressões artísticas e culturais devem ter ainda mais apoio. A gestão Haddad vai seguir fortalecendo a experiência de democracia: a convivência cultural, religiosa e ideológica é um pilar da gestão para os próximos 4 anos, e a política cultural da cidade irá atuar ainda mais neste campo.
- **Afirmação dos Direitos Culturais:** Democratização das oportunidades de acesso a bens e serviços culturais de qualidade, e de livre manifestação cultural para toda a população de São Paulo; zelar pela aplicabilidade da Lei de Diretrizes de Base (LDB), de forma a assegurar que 340 mil jovens em idade escolar e que estão fora do ensino médio na Capital tenham direito ao acesso e à Cultura.
- **Transversalidade e Intersetorialidade da Cultura:** Intensificação das sinergias entre as políticas de cultura e agendas estratégicas, especialmente o tripé indissociável formado por educação, esporte e cultura, junção preponderante para promover uma revolução cultural do ensino. Buscar também a interseção com a comunicação, direitos humanos, turismo e desenvolvimento urbano.
- **Cultura Democrática, Participativa e Solidária:** Intensificação dos mecanismos e práticas de participação social, transparência e accountability e intensificação de uso de critérios republicanos na formulação e implementação das políticas públicas, assim como o estímulo a práticas colaborativas e de economia solidária nas atividades culturais e artísticas.
- **Experimentação, inovação e excelência:** São Paulo como centro de experimentação, inovação e excelência na produção cultural e referência artística nacional e mundial;
- **Fortalecimento da Economia da Cultura:** A gestão Haddad adotou algumas das mais inovadoras políticas para a economia cultural. São Paulo é um polo econômico e cultural da América Latina, e como toda grande metrópole, pode continuar fortalecendo os hábitos culturais da população e trazendo altos benefícios sociais e econômicos para a cidade, distribuindo renda, trabalho e oportunidades para os que fazem arte e cultura. É decisivo que as políticas públicas ampliem e diversifiquem a economia desse setor, profissionalizem as relações de trabalho e criem condições para que artistas, realizadores e fazedores de cultura possam viver do seu trabalho. Para isso, é preciso apoiar pólos de formação e inovação, eventos de articulação e exportação da cultura, criar incentivos para que São Paulo se consolide como porta de entrada e saída da diversidade cultural brasileira, que é vocação de São Paulo em relação ao Brasil e ao mundo.

CIDADE SAUDÁVEL E ACOLHEDORA

Conduzir a política de Saúde na cidade de São Paulo é enfrentar o desafio de ser a maior cidade do mundo que tem como compromisso buscar oferecer um Sistema Público Universal Gratuito e com Qualidade. A política de saúde, no entanto, não pode ser entendida apenas como a cura das doenças, mas também como as ações de promoção e prevenção, que são fundamentais para que as pessoas tenham uma saúde melhor. A gestão Haddad entende que a área de promoção e prevenção é fundamental para a qualidade de vida da população e parte essencial da política de saúde.

Haddad introduziu o **consumo de alimentos orgânicos na merenda escolar e incentivou a compra de alimentos da agricultura familiar**, melhorando a qualidade do alimento servido nas escolas. O novo Plano Diretor e a lei de Zoneamento ampliaram a garantia de áreas verdes na cidade. Foram criados parques esportivos, como o Parque de Esportes Radicais, a Chácara do Jôquei e o Centro Esportivo Tietê, incentivando a prática de atividades físicas em espaços que eram privados e foram tornados públicos. A implantação de ciclovias e as melhorias nas calçadas também provocam melhorias na saúde da população, pois incentivam que os deslocamentos cotidianos sejam feitos de maneira ativa e com redução de poluentes atmosféricos. Todas essas medidas promovem uma vida mais saudável e fazem com que as pessoas tenham uma vida menos sedentária, ajudando a prevenir uma série de doenças crônicas.

Ao reduzir as velocidades das vias, a Prefeitura reduziu o número de mortes, as necessidades de internações

hospitalares e incentiva a mobilidade ativa. Os acidentes de trânsito são uma das principais causas de morte nas grandes cidades. No Brasil, a cada 100 mil habitantes, 23,4 pessoas morrem por acidentes de trânsito. No Estado de São Paulo, esse número é de 17,4 e, na região metropolitana, é de 19,4. **Em 2012, 10,79 pessoas a cada 100 mil habitantes morriam por acidentes de trânsito. Com as diversas ações de melhoria dos transportes, mas sobretudo com a redução de velocidade nas vias, esse número caiu, em dezembro de 2015, para 8,26.** Isso tem um impacto imediato no sistema de saúde. Com a redução de velocidade nas vias, tivemos uma redução de 1.561 pessoas internadas por acidentes de trânsito, gerando uma economia de 1,9 milhão de reais. Ao todo, são 9 mil feridos a menos por ano no trânsito de São Paulo, comparado a 2013. O tempo de permanência em internação também diminuiu e, em relação a 2014, tivemos 9.052 dias de internação por acidentes de trânsito a menos em 2015, o que representa quase 25 leitos a mais por ano completamente livres. É como se, ao final de um mandato, tivéssemos construído mais um novo hospital de 100 leitos.

O fortalecimento da Atenção Básica é fundamental para uma política de saúde mais eficiente, pois evita o desenvolvimento e o agravamento da maioria das doenças. O atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) é uma prioridade para o Governo Haddad e, por isso, tivemos um aumento de 1 milhão de consultas por ano na Atenção Básica, em comparação com 2012, e uma diminuição no tempo de espera para atendimento, de 33

para 17 dias. A Atenção Básica na cidade de São Paulo também é mais resolutiva: em 2012, a cada 100 consultas na Atenção Básica, 24,5 eram encaminhadas a especialistas, enquanto que, em 2016, chegamos a apenas 12,6.

Outro grande desafio era aumentar a oferta de exames e cirurgias e, com isso, reduzir o tempo de espera para a população. Com Haddad, São Paulo passou a ter a Rede Hora Certa, com Hospitais Dia mais próximos da periferia da cidade e com conforto e tecnologia no agendamento e confirmação do atendimento. Os Hospitais Hora Certa já fazem as filas andarem na cidade. Em 2016, estamos com um aumento de mais de 830 mil consultas/ano, comparado a 2012. Em relação a exames, tivemos um aumento de 500 mil consultas/ano na comparação de 2015 com 2012. **Em 2016, já aumentamos em 53% as cirurgias de catarata, 192% as cirurgias de varizes e 50% as cirurgias pediátricas, comparadas com 2012, o que garantirá atendermos toda a demanda atual.** A Rede Hora Certa é uma conquista da população que representa o aumento da oferta de serviços e a redução do tempo de espera. Além disso, essa ação, que foi uma promessa da campanha do Prefeito Haddad, tem um impacto positivo na rede de saúde como um todo, pois as unidades da Rede Hora Certa desoneram os grandes hospitais de procedimentos mais simples, como as cirurgias eletivas, poupando leitos de hospitais gerais, e permitem que as estruturas hospitalares atendam casos mais complexos e graves de maneira mais adequada e eficiente. A soma de todas essas unidades já entregues da Rede Hora Certa equivale a um grande novo hospital geral, com a vantagem de estar distribuído pelo território e, portanto, mais perto de quem precisa.

Todos esses investimentos na Atenção Básica e na Prevenção e Promoção à Saúde partem de uma concepção de que é necessário promover uma mudança no modelo de cuidado da população de São Paulo. Com Haddad, a maioria da população passou a ter cuidado continuado à saúde, com seu médico e sua equipe de saúde, incentivando o protagonismo do cidadão no seu próprio cuidado e fortalecendo ações de prevenção e promoção da saúde. É necessário darmos seguimento a esse projeto nos próximos quatro anos, aprofundando e consolidando a política de saúde no município de São Paulo.

Para isso, é necessário investir na qualidade do atendimento e no acolhimento do usuário do serviço de

saúde. Nesta gestão, demos alguns passos importantes nesse sentido com a criação do programa Jovem SUS e com a introdução de tecnologia na melhoria do atendimento, com o desenvolvimento do aplicativo Aqui Tem Remédio e a inclusão do prontuário eletrônico em diversas unidades.

O governo Haddad retomou a construção de novos hospitais na cidade, priorizando as periferias, que são as regiões mais carente de leitos e atendimento especializado. Dois deles, o Hospital da Brasilândia e o Hospital de Parelheiros, que são demandas históricas da população, estão sendo construídos em ritmo acelerado. Haddad já entregou o Hospital Gilson de Carvalho, na Vila Santa Catarina, que foi totalmente comprado, reformado e equipado. Apenas esses 3 hospitais já totalizam cerca de 750 novos leitos para a cidade. Somados aos 250 leitos reativados na Autarquia Municipal e no HSPM, chegamos a 1000 Novos leitos. Mas, para além disso, essa gestão iniciou o processo de reconstrução do Hospital Alexandre Zaio, na Vila Nhocuné, e de reabertura do Hospital Sorocabana, que era do governo estadual.

Além do aumento de leitos, as maiores urgências dos hospitais municipais, que estão no **Hospital do Campo Limpo, Hospital do Jabaquara, Hospital de Ermelino Matarazzo e Hospital do Tatuapé**, implantaram importantes medidas da política de humanização, acabando com as macas nos corredores e adotando a visita aberta na área de internação. Também foram implantados os núcleos internos de regulação e ferramentas de gestão dos leitos, reduzindo o tempo de permanência desnecessária de pacientes nos hospitais.

Ainda na área da **Urgência e Emergência**, o Governo Haddad implementou uma importante ação para a cidade, que foi trazer as UPA (Unidades de Pronto-Atendimento) para São Paulo. A cidade, até então, não contava com nenhum equipamento deste tipo, pois não tinha aderido ao programa federal, abrindo mão de importantes recursos. A gestão Haddad já entregou 2 novas UPA, tem mais 19 UPA em obra ou reforma para entregar e mais 4 UPA a serem licitadas. Além disso, foram construídas 7 novas UBS, 6 UBS foram instaladas em imóveis alugados ou instalações provisórias, 16 UBS estão em obras e devem ser entregues até o final da gestão e mais 28 estão em fase de licitação, totalizando 57 UBS a mais na rede.

Na área da gestão das políticas públicas de saúde, o governo Haddad tomou importantes atitudes de fortalecimento do controle público sobre as parcerias com as organizações sociais (OS). A primeira delas foi **territorializar a atuação das OS**, porque havia casos em que um mesmo território estava sendo atendido por várias OS distintas e que, obviamente, não conseguiam se organizar entre si e fazer uma boa gestão de recursos humanos. Para enfrentar esse problema, a cidade foi dividida em 23 territórios, com critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, em função dos equipamentos e das especificidades e, pela primeira vez, foi feito um chamamento público., trazendo mais transparência ao processo. Além disso, os contratos de gestão foram todos revistos, introduzindo a remuneração por equipe mínima. Agora, além do cumprimento das metas quantitativas e metas qualitativas estipuladas, independente da demanda, é necessário manter uma equipe mínima, sob pena de ter descontos expressivos nas contrapartidas fornecidas pelo município. Isso significou uma melhoria na qualidade do atendimento, com a redução da falta de equipe. Outra ação importante desta gestão no fortalecimento da gestão pública foi a valorização dos trabalhadores de saúde. Reestruturamos os **plano de carreira** da área de saúde, possibilitando que a Prefeitura contrate mais médicos para a rede.

Nestes 4 anos, a gestão Haddad também vem reorganizando o SUS para respeitar e celebrar a diversidade, oferecendo cuidado e acolhimento a diversos públicos vulneráveis ou sub-representados. Em relação à população LGBT, por exemplo, a Prefeitura de São Paulo oferece o serviço de hormonoterapia com acompanhamento de diversos profissionais de saúde, garantindo o direito dessa população.

Um dos grandes destaques foi a atuação na área da **saúde mental**. Além dos novos CAPS e do esforço empreendido pelo município para a retirada dos pacientes psiquiátricos de manicômios e transferência para serviços mais adequados, São Paulo é responsável por um programa inovador no tratamento de pacientes de drogadição, sob a perspectiva de redução de danos. **O programa De Braços Abertos** uniu esforços das áreas de saúde, assistência social, habitação, segurança e trabalho, visando a redução de danos pelo uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas e representando a qualificação

dos serviços destinados às pessoas em situação de vulnerabilidade em decorrência da dependência química. Objetivando o resgate da cidadania e da dignidade dos indivíduos, resultou em conquistas, não só para os usuários inseridos no programa, como para familiares e para a cidade como um todo. Foram detectadas melhorias urbanas no entorno das áreas de consumo, reinserção familiar e social por intermédio de atividades culturais, educativas e esportivas, redução do consumo e uso abusivo de drogas, proporcionando nova perspectiva de vida aos usuários e apresentado resultados excelentes e duradouros em comparação a outros programas e ações voltados para a população usuária de drogas.

Em relação aos serviços que envolvem os idosos, a gestão Haddad inaugurou, na área de assistência, um novo modelo de convívio para a média complexidade, os Centros Dia, com 8 unidades entregues destinadas a proporcionar acolhimento, proteção e convivência a idosos semidependentes, cujas famílias não tenham condições de prover estes cuidados durante o dia. Ademais, houve a ampliação dos serviços já existentes para idosos com menor comprometimento, como os Núcleos de Convivência para Idosos (3 novas unidades) e o aumento do número de vagas para Instituições de Longa Permanência de Idosos. No campo da saúde, a população idosa terá 9 novas Unidades de Referência da Saúde do Idoso (URSI). Além disso, o Programa de Acompanhamento ao Idoso (PAI), muito bem avaliado pela população, chegou a 40 equipes distribuídas por toda a cidade, garantindo que toda supervisão de Saúde na periferia tenha pelo menos uma equipe.

No que tange às pessoas com deficiência, o avanço também foi significativo na área de assistência, na medida em que foram entregues 14 Residências Inclusivas, organizado em pequenos grupos de pessoas por equipamento, cuja acolhida e convivência promovem o desenvolvimento de capacidades adaptativas à vida diária, autonomia e participação social. Na área da saúde, foram criados 3 novos Centros Especializados em Reabilitação (CER). Além disso, o município está assumindo a administração e o financiamento de duas unidades que eram da AACD, abrindo 2 Novos CERs. Por fim, o BPC Escola foi ampliado por meio da articulação das políticas de educação, saúde, assistência social e direitos humanos.

Em relação à saúde da mulher, foram dados impor-

tantes passos em relação à humanização do parto e ao cuidado da mulher gestante, tendo sido abertos novos centros de parto normal (CPN) em todos os novos hospitais construídos, foi feito, pela primeira vez no município, um concurso público para obstetras e assinado um convênio entre o SUS municipal e a Casa Angela, uma casa de parto normal. **Atualmente, cerca de 98% dos partos na rede municipal têm o acompanhante escolhido pela gestante,** e conseguimos reduzir o número de episiotomia e aumentar o número de partos realizados pela enfermagem..

Em relação à população imigrante, uma população cada vez mais significativa em nossa cidade, o município assumiu a responsabilidade de garantia de direito a todos, facilitando a comunicação dos equipamentos de saúde com material educativo traduzido para cinco idiomas, ambientação das unidades, criação de uma rede de tradutores e incorporando imigrantes no programa Jovem SUS e como Agentes Comunitários de Saúde. Além disso, na assistência, **foram criados 5 Centros de Acolhida específicos para imigrantes,** em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, responsável pelo Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes – CRAI.

No que se refere às políticas específicas da Assistência Social, a atual gestão fez avanços significativos, tanto no âmbito da expansão dos serviços já existentes, como na criação de novas modalidades, sem deixar de investir na qualificação dos serviços ofertados à população em situação de vulnerabilidade e risco social.

Neste contexto, pode-se destacar: a) o aumento no número de cadastramento no CadÚnico, com ampliação de 572 mil em janeiro/2013 para 1.061.929 cadastros em janeiro/2015, dos quais 383.620 são beneficiários do Bolsa Família; b) a expansão dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) com 5 novas unidades, ampliando o acesso da população às políticas da rede; c) 3 novos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS); d) 2 Restaurantes Comunitários; e) 7 Serviços de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Víctima de Violência (SPVV); f) 2 Espaços de Convivência para Crianças e Adolescentes Víctimas de Violência (ECCA), tendo sido este último serviço reordenado para não ser mais exclusivo das situações de violência, integrando-o às outras crianças e adolescentes atendidos na Proteção Social Básica no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); g) a implantação do

Agente SUAS para melhorar a qualidade do atendimento, qualificando pessoas para atuar nos CRAS e CREAS, realizando atividades de acolhimento e orientação às famílias sobre os procedimentos e serviços.

Com relação à população em situação de rua, foram criados, além dos 3 novos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros Pop), 22 Centros de Acolhida, tendo sido inaugurados novos tipos de acolhimento a partir das necessidades identificadas na rede socioassistencial. Além dessa ampliação nos serviços de acolhimento, a gestão Haddad inovou ao criar novas modalidades de acolhimento, voltadas a públicos específicos que acabavam sendo excluídos dos serviços de acolhimento tradicionais. Neste sentido, o Centro de Acolhida LGBT foi o primeiro do Brasil a visar o acolhimento do público LGBT em situação de rua, com oferta de atendimento especializado por psicólogos e assistentes sociais, além de viabilizar o acesso aos programas de transferência de renda, trabalho, documentação e ações do Programa Transcidadania. Essa diversificação da rede contou ainda com a criação de novas modalidades de acolhimento para o atendimento de famílias, como a ampliação do **Família em Foco** em 2 unidades, para acolhimento provisório de grupo familiar em situação de rua que já tem renda, mas ainda distantes da autonomia plena, e do **Autonomia em Foco** em 4 novas unidades, para famílias ou pessoas sozinhas em situação de rua que já têm renda e estão próximas da autonomia plena. Além disso, o **PRONATEC**, programa federal que busca ampliar as oportunidades de cursos de educação profissional e tecnológica, contou também com a criação de uma nova modalidade em âmbito municipal: o PRONATEC/Pop Rua, exclusivo para pessoas em situação de rua.

Foram também criadas novas formas de acolhimento de crianças e adolescentes, estruturadas em parceria com o Judiciário. Com relação aos Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes (SAICAS), houve relevante qualificação com ampliação da capacidade de atendimento. **A Casa Lar**, por sua vez, tem como foco o atendimento a grupos de irmãos destituídos de suas famílias, mantendo o vínculo familiar entre os mesmos. Por fim, foi criada a **Família Acolhedora**, que tem por objetivo selecionar tecnicamente residências familiares que se propõem a acolher crianças que ainda possuem vínculos familiares, de modo a prover cuidado mais individualiza-

do em situações transitórias de distanciamento da família original. Também pode-se ressaltar a ação de priorização do atendimento de crianças de 0 a 3 anos em situação de extrema pobreza nas creches da rede municipal, iniciativa conjunta com a educação e o **São Paulo Carinhosa**.

A transformação dos Centros de Juventude (CJ) em Centros de Desenvolvimento Social e Produtivo (CE-DESP), propiciando o desenvolvimento da autonomia, do

protagonismo social e da formação cidadã e contribuindo para o reconhecimento do trabalho e da formação profissional como um direito. A elaboração do Atlas Socio-assistencial foi importante para mapear os serviços atualmente disponíveis, além de ter possibilitado o diagnóstico socioassistencial por região da cidade, permitindo a visualização clara da atual rede.

DIRETRIZES

- Estabelecer a Participação e Controle Social como método de governo, fortalecendo os Conselhos e as Conferências de Saúde como espaços estratégicos de gestão participativa, e seu caráter democrático, paritário e deliberativo, com respeito à autonomia das entidades e movimentos e garantia da sua ampla participação na formulação, acompanhamento e controle das políticas de saúde do município
- Democratização das relações de trabalho na Saúde, com mesas de negociação permanente, mecanismos de desprecarização do trabalho, valorização e qualificação dos trabalhadores, concursos públicos, planos de cargos, carreiras e salários e formação permanente
- Garantia da saúde do trabalhador da rede municipal
- Definir prazo máximo para espera para consultas na rede municipal
- Estabelecer como eixos organizadores dos serviços e das ações de saúde: a Promoção e Prevenção, a Vigilância à Saúde e a Atenção Básica
- Articular as ações de Vigilância em Saúde às ações de assistência à saúde, de modo a promover uma melhor gestão dos recursos e maior qualificação das ações de saúde
- Ampliar a utilização da rede municipal de saúde como Rede-Escola, uma rede de formação dos estudantes de cursos da área da saúde, com ênfase no atendimento do SUS, e formação permanente dos profissionais de saúde da rede
- Ampliação do acesso aos serviços públicos de saúde e combate à violência institucional e quaisquer mecanismos de discriminação
- Estabelecer um Programa de acolhimento e humanização em toda a rede de saúde, ampliando medidas já adotadas, como o Jovem SUS, Visita Aberta nos hospitais e uso de tecnologia para interação direta com o usuário, sobretudo no agendamento de consultas e no tratamento continuado de pacientes crônicos
- Ampliar e consolidar o fortalecimento da Atenção Básica, ampliando o acesso a UBS, equipes de saúde da família e seus núcleos de apoio, modalidades específicas como consultórios de rua, unidades itinerantes e acesso à saúde em áreas de ocupação
- Promover mais saúde na cidade, ampliando ações intersetoriais de promoção à vida saudável e prevenção de doenças, principalmente em relação à mobilidade urbana, alimentação saudável, prevenção da violência urbana e doméstica, uso dos espaços públicos, culturais e esportivos para estimular a prática de atividades físicas
- Ampliar a utilização de tecnologias e aplicativos para melhorar a qualidade do atendimento
- Ampliar a política de redução de danos relativa ao uso de drogas, expandindo o Programa De Braços Abertos para outras regiões da cidade
- Priorizar as ações de proteção integral à pessoa idosa beneficiária do BPC, por meio de políticas públicas intersetoriais
- Priorizar ações voltadas à população idosa, valorizando a abordagem multidisciplinar nos serviços, com ênfase na promoção da saúde, prevenção de agravos e garantia de direitos, buscando sua autonomia, mobilidade e bem viver

- Promover a luta antimanicomial, garantindo uma rede de atenção psicossocial para adultos e crianças por meio de serviços como Saúde da Família, Consultórios de Rua, Centros de Atenção Psicossocial, Centros de Convivência e Cooperativas, Residências Terapêuticas, leitos de curta duração em hospitais gerais, entre outros
- Estruturar redes de cuidado, com base nas regiões de saúde, buscando a integralidade das ações e a integração intra e intermunicipal
- Respeito aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres sobre sua saúde, seu corpo e sua vida, visando à redução da violência sexual e doméstica, diminuição da mortalidade materna, planejamento reprodutivo, parto normal e humanizado, com direito a acompanhante, atendimento humanizado em situação de aborto e o respeito às especificidades das mulheres jovens, lésbicas, negras, do campo, indígenas, com deficiência e patologias
- Priorizar as ações de proteção integral a crianças de 0 a 6 anos (primeira infância) das famílias beneficiárias do Bolsa Família por meio de políticas públicas intersetoriais
- Qualificar o atendimento sócio assistencial nas unidades de administração direta, com qualificação de pessoal, melhoria da qualidade do atendimento e informatização
- Promover políticas voltadas para a população adolescente e juvenil, em áreas de maior vulnerabilidade, incentivando o protagonismo juvenil, com vistas aos cuidados de saúde, redução da gravidez na adolescência e redução do uso do álcool, drogas e tabagismo
- Ampliar a diversidade no SUS, garantindo o acesso e o atendimento adequado à população negra, povos indígenas, quilombolas, ciganos e imigrantes, povos ribeirinhos, camponeses e caiçaras, assentados, acampados e moradores de ocupações urbanas, população em situação de rua, jovens, população LGBT, portadores de doenças raras, pessoas com deficiência e outras populações em situação de vulnerabilidade, respeitando suas diferentes culturas e enfrentando o racismo, o machismo e todo e qualquer mecanismo de intolerância e discriminação
- Concluir e ampliar o plano de obras que levam mais hospitais, UBS, Rede Hora Certa, CAPS, CER e UPA para a periferia
- Fortalecimento da capacidade de gestão da Secretaria Municipal de Saúde
- Fortalecimento do controle público e social sobre as Organizações Sociais e entidades conveniadas e da transparência relativa aos contratos de gestão e convênios, a partir de chamamentos públicos, capacitação dos gestores que acompanham os contratos, aperfeiçoamento de indicadores que garantam a qualidade do serviço e fortalecimento das instâncias de controle social no acompanhamento de contratos
- Fortalecer as ações intersetoriais, criando serviços conjuntos e integrando serviços e programas já existentes nas políticas públicas
- Investir na Política Municipal de Saúde Bucal, com o acompanhamento e aprimoramento de indicadores, ampliação de equipes e serviços e implantação de tecnologia

CIDADE IGUALITÁRIA, DIVERSA E GARANTIDORA DE DIREITOS

Nos últimos quatro anos, São Paulo tornou-se uma cidade mais humana. Uma das marcas dessa gestão foi a implementação de uma agenda de direitos ousada e inovadora, que reflete uma nova perspectiva urbana baseada no respeito à diversidade e afirmação das identidades étnicas, raciais, religiosas, nacionais, de gênero, de orientação sexual, de idade, de territórios e etc. Assim como o veemente enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e ódio, e a defesa do sentimento de pertencimento à cidade enquanto espaço de exercício da cidadania e celebração da diversidade.

São Paulo é uma cidade cosmopolita, composta por diversas etnias, identidades e comunidades. Mas com a criação das Secretarias Municipais de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), de Políticas para as Mulheres (SMPM) e de Igualdade Racial (SMPIR), a Prefeitura passou a dispor de um espaço institucional fortalecido para desenvolver a articulação transversal e o diálogo com a sociedade civil e com os movimentos sociais. Com isso foi possível avançar nas políticas públicas de promoção e defesa dos Direitos Humanos, priorizando a inclusão, a proteção e o empoderamento de grupos vulneráveis e sub-representados.

É graças a esse compromisso que políticas direcionadas a mulheres, negros, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, juventude, idosos, população em situação de rua, população LGBT e migrantes passaram a ser seriamente implementadas em São Paulo. O primeiro mandato de Fernando Haddad ousou ao tratar de temas como a promoção do trabalho decente, direito

à memória e à verdade, políticas sobre drogas, educação em Direitos Humanos, participação social e economia solidária de forma incisiva e corajosa. Muitos destes temas sequer existiam como políticas públicas locais em São Paulo e estão, pela primeira vez, recebendo apoio político e administrativo por parte do Poder Executivo Municipal.

Ações como o Transcidadania, a política de cotas raciais no serviço público, a paridade de gênero nos Conselhos Municipais, o Programa de Braços Abertos, a política municipal de imigrantes, a Universidade Aberta da Pessoa Idosa, a criação da Comissão da Memória, dentre outras, demonstram os avanços nessa área na cidade. Além disso, muitas entregas foram feitas: 1 milhão de m² de calçadas tornadas acessíveis; 3 centros especializados de reabilitação para pessoas com deficiência; 29 centros de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos; 1 centro de referência da Igualdade Racial; 8 centros Dia para Idosos; 5 pólos de Universidade Aberta com 800 idosos formados; 1 centro de referência Imigrantes (CRAI); 1 unidade de atendimento móvel nova e 4 Centros de Referência para Mulher reformados; 2 centros de cidadania e 2 unidades móveis de atendimento ao público LGBT; e 1 centro de acolhida para travestis e transexuais.

A intersetorialidade dessas e outras ações, passando os campos da educação, segurança, renda, trabalho, saúde, cultura, esporte, turismo, participação popular, etc., mostrou-se possível e fundamental para o sucesso das políticas. A atuação dessa gestão afirmou São Paulo como metrópole das liberdades coletivas e in-

dividuais, da solidariedade e do combate ao machismo, à misoginia, à homofobia e à xenofobia. Com seus inúmeros conflitos e tensões sociais, a cidade de São Paulo carecia de uma política de Estado que enfrentasse todas essas questões.

Devemos continuar e avançar ainda mais nessa direção para o segundo mandato. Nas áreas que são competências naturais do Município e também naquelas onde há descaso de outros entes federados. Para além do foco tradicional voltado aos grupos vulneráveis e invisíveis, precisa estar a serviço da transformação da cidade, compreendendo e atuando nas reais tensões que marcam o território. As ações devem promover não só a defesa e a autonomia do indivíduo e das coletividades, mas também ter como alvo aspectos centrais à dinâmica da cidade como a violência, a exclusão territorial e a intensificação de conflitos.

A população jovem e periférica, particularmente, deve ser olhada com mais atenção pelo Governo Municipal nos próximos quatro anos, ainda que grande parte das competências políticas nessa área não sejam municipais, a evidente negligência do Governo do Estado nos obriga a entrar cada vez de forma mais incisiva nesse âmbito. Para isso, o fortalecimento dos temas vinculados à população jovem no segundo mandato do Governo Haddad será prioridade.

Nessa mesma linha, a cidade de São Paulo precisa

avançar em uma política de segurança urbana e cidadã moderna e garantidora de direitos. Ainda que a competência da segurança pública seja estadual, a cidade de São Paulo já atua em diversas frentes que reduzem a sensação de insegurança da população, com responsabilidade, ética e atenção. A nossa Guarda Civil Metropolitana deve estar alinhada a essa atuação comunitária e solidária.

A questão do consumo abusivo de drogas, enfrentada pelo Programa De Braços Abertos de forma internacionalmente reconhecida e elogiada, deve prosseguir, fortalecendo e qualificando a rede de atendimento a usuários de substâncias psicoativas, sob a ótica da redução de danos e dos direitos humanos. Da mesma forma e com o mesmo direcionamento, devemos seguir na atuação inclusiva, receptiva e acolhedora de imigrantes e refugiados, posicionando a cidade de São Paulo como um grande centro de oportunidades de desenvolvimento da América Latina para todos os povos.

Assumindo este papel estratégico, o segundo mandato dialogará ainda mais diretamente com os grandes problemas que a cidade ainda enfrenta. E deverá fazê-lo prezando sempre por um olhar atento para as questões de gênero, racial e territorial.

Dado esse cenário, as diretrizes para o Programa de Governo 2017-2020 com vistas a seguir avançando para uma Cidade Inclusiva, Igualitária, Diversa, Cidadã e Garantidora de Direitos são:

DIRETRIZES

- Promover ações que dêem visibilidade às pautas e alcancem resultados efetivos em temas vinculados a mulheres, negros, indígenas, imigrantes, pessoas em situação de rua, crianças e adolescentes, jovens, idosos, LGBTQs, indígenas etc. de forma a incidir sobre o debate público e ajudar a reduzir preconceitos e estereótipos, ampliando respeito e tolerância.
- Garantir a plena acessibilidade da cidade para que as pessoas com deficiência usufruam dos serviços e ambientes públicos ou de caráter público em todos os sentidos e formas.
- Desenvolver programas de incentivo ao trabalho e à formação profissional para os jovens da cidade de São Paulo, em especial para a juventude negra e periférica, fomentando trajetórias positivas e oportunidades de desenvolvimento pessoal e coletivo.
- Reduzir a desigualdade racial e de gênero no acesso aos recursos econômicos e sociais, garantindo às mulheres e aos negros e negras melhores condições de acesso à formação e ao mercado de trabalho, bem como ampliação da representação e participação nos espaços de poder.
- Garantir que o desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo siga no caminho de uma cidade inclusiva, segura e aberta às mulheres, o que significa enfrentar e combater firmemente a cultura da violência contra as mulheres na cidade de São Paulo
- Apoiar e fomentar ações de empreendedorismo e desenvolvimento econômico para a população negra.
- Expandir e aprofundar a rede de proteção, atenção à saúde e apoio às mulheres, garantindo.

- Promover ações focalizadas que fortaleçam os fatores de proteção e reduzam os fatores de risco associados à violência dos lugares, comportamentos e grupos mais vulneráveis à violência, como crianças, adolescentes e jovens, mulheres, população em situação de rua e população LGBT, em prol de uma cidade mais segura.
- Expandir a oferta de opções de cultura, esporte e lazer nas regiões periféricas, com foco especialmente aos jovens que trabalhem e/ou residam nessas áreas, garantindo segurança e suporte às atividades.
- Potencializar e formatar o programa Juventude Viva de modo que cada vez mais se torne um instrumento efetivo no combate ao genocídio da juventude negra e periférica.
- Fortalecer, ampliar e qualificar os canais de comunicação e participação da área de Direitos Humanos e Cidadania, radicalizando a construção participativa com a sociedade das políticas públicas.
- Prover capacitação e formação continuada em Direitos Humanos aos servidores públicos municipais de maneira articulada nos temas de combate à intolerância e afirmação identitária nas diversas pautas como LGBT, racismo, identidade de gênero, etc.
- Incentivar e facilitar a utilização e apropriação coletiva, respeitosa e inclusiva do território da cidade, em especial dos espaços públicos, fomentando a cultura, o lazer e a convivência pacífica.
- Criação de espaços de referência da juventude que incentivem o empreendedorismo profissional e social, em especial em áreas de emprego vinculadas a tecnologia e economia criativa.
- Articular permanentemente ações de enfrentamento à violência por meio de políticas integradas, multissetoriais e territorializadas, baseadas na manutenção de espaços públicos seguros e na promoção da resolução não-violenta de conflitos.
- Fortalecer o papel do município como protagonista no combate à violência a partir de uma política de segurança urbana cidadã calcada na prevenção e no engajamento comunitário.
- Desenvolver um programa municipal de capacitação e formação de mão-de-obra para pessoas com deficiência. desenvolvimento econômico para a população negra.

DESCENTRALIZAÇÃO E GOVERNO LOCAL

Na origem das democracias modernas, particularmente na original e inovadora democracia americana, a descentralização e o poder local eram concebidos não apenas como um método de governo, mas como um fundamento da própria democracia. Ambos os mecanismos serviam, antes de tudo, para assegurar as liberdades sempre ameaçadas pelas tendências centralizadoras das próprias democracias. Infelizmente, os temeres de intelectuais e políticos de que a democracia poderia ser aprisionada na gaiola da centralização se confirmaram ao longo do tempo em quase toda parte.

Sem descentralização e governo local não se forma o espírito das comunidades e sem espírito de comunidade não há liberdade, não há participação da cidadania e não há efetiva garantia de direitos e dos interesses comuns de uma sociedade politicamente organizada. Sem descentralização e governo local o poder será puramente descente, impositivo, apartado do povo, exercido de forma burocrática, muitas vezes à revelia das próprias necessidades das comunidades. Governo local é a única forma de retirar as pessoas de dentro de si mesmas, convocando-as para a atividade e participação. É a forma mais propícia de estabelecer relações horizontais de poder nas quais as pessoas se assenhem do mesmo. Sem

o governo local, comunitário, uma nação pode até ter um governo livre, mas não possui o espírito da liberdade, asseverou um grande escritor do século 20.

Desta forma, descentralização e governo local são condições de exercício democrático da governabilidade e método eficaz de gestão. Isto era uma verdade nos primórdios das democracias modernas e é uma exigência ainda maior nas sociedades complexas do século 21. No nosso tempo as democracias foram aprisionadas pelo capital financeiro e pelo grande capital em geral e padecem de eficiência pelas formas burocráticas com que são geridas. Uma das principais formas de resgatá-las desse sequestro consiste em aprofundar a descentralização e fortalecer o governo local com a participação das comunidades.

Assim, no segundo mandato do prefeito Fernando Haddad é preciso radicalizar o processo de fortalecimento das subprefeituras alargando os instrumentos de governança mais próximos das comunidades, melhorando a gestão dos serviços públicos, atendimento mais agilidade as demandas locais e aperfeiçoando os mecanismos de participação popular e comunitária.

Para dar curso a esses objetivos propõem-se as seguintes medidas no segundo mandato do governo Haddad:

DIRETRIZES

- Descentralização do orçamento municipal e de sua execução, com maior empoderamento das subprefeituras, visando atingir maior agilidade e eficácia na tomada de decisões, no planejamento, nas articulação intersetorial e nas respostas do poder público nas diversas regiões da cidade;
- Valorização dos subprefeitos e da estrutura local, dotando-os de capacidade de decisão para enfrentar os desafios e reduzir as desigualdades regionais;
- Articular relações com sistemas e serviços nacionais e estaduais, conferindo mais eficiência ao uso de fundos de financiamento para o município;
- Promover um amplo debate sobre a estrutura e finalidades políticas, organizativas e funcionais das subprefeituras.
- Criar mecanismos e fóruns de relacionamento direto entre o prefeito e os subprefeitos;
- Implementar um processo de descentralização das áreas sociais (saúde, educação, assistência social, cultura e esportes), buscando um equilíbrio maior entre os bairros e as regiões;
- Criar mecanismos institucionalizados de participação popular e comunitária na definição das prioridades nas subprefeituras;
- Fortalecer o papel normativo, diretivo e gerencial das secretarias e de suas interfaces com as subprefeituras, conferindo unidade à política de gestão e contribuindo para o cumprimento de metas;

POR UMA ALTERNATIVA DE COMUNICAÇÃO

O controle privado dos meios de comunicação se converteu, especialmente nos últimos tempos, num perigoso fator de desequilíbrio democrático no País. Tirando a questão da unilateralidade política, que é central, existem outras, como a sonegação da diversidade cultural brasileira, evitada ou escamoteada pela grande mídia; a proscrição das agendas de afirmação (os grandes grupos de mídia ajudam a reiterar preconceitos contra minorias, indígenas, LGBTs, mulheres e negros) e os discursos que insuflam a criminalização dos movimentos sociais.

Em vez de diminuir a concentração, as novas tecnologias acabaram por trazer uma nova blocagem (por conta da capacidade econômica dos grandes grupos de comunicação, que incorporaram parte das novas plataformas de comunicação). A configuração atual da mídia no Brasil também aponta para uma ameaça à liberdade de expressão.

É consenso que a pluralidade torna amplo o conceito de democracia, e que é preciso criar mecanismos que nos tornem aptos a exercer um amplo (e rápido) diálogo democratizado por meio das redes sociais, para disputar discursos, fazer frente a uníssonos preconceituosos de toda ordem.

É papel de um governo comprometido com a democracia difundir novas formas de expressão e de linguagem, além de novos meios, e ajudar a romper bloqueios de comunicação. Fundamentalmente, trata-se de estimular o aparecimento de meios alternativos, comunitários, imbuídos da responsabilidade pública, além de abrigar diversos protagonistas da informação e do debate.

Esse diagnóstico não é novo, mas a imperiosidade da mudança tem sido uma demanda constante. A nova gestão dispõe-se a enfrentar a situação e caminhar em três direções: a principal é a adoção de uma Política Municipal de Comunicação Social e Cultura Digital, atenta à intersectorialidade da comunicação do governo, hoje pulverizada pelas diferentes secretarias. Uma política que atente para estruturas já postas, disponíveis, como a rede de WiFi livre, que preconize também a centralização dos aplicativos da prefeitura e adoção de tecnologia cidadã.

Também cuidará da transparência da divulgação dos atos, do fomento à produção de conteúdo e de políticas públicas para estimular a capilaridade do jornalismo alternativo. Outro princípio é o de modernização do atendimento ao cidadão - quando o cidadão vem em busca de informação na Prefeitura, deve encontrá-la de forma acessível e rápida. Essa é uma questão central para a boa gestão.

DIRETRIZES

- Estimular o desenvolvimento de mecanismos efetivos para a estruturação de um sistema público de comunicação, que possa disseminar a pluralidade de pontos de vistas, de ideias, de conceitos e coberturas jornalísticas.
- Difundir novas formas de expressão e de linguagem, além de novos meios, ajudar a romper bloqueios de comunicação.
- Publicizar os atos e fomentar a produção de conteúdo de políticas públicas para estimular a capilaridade do jornalismo alternativo.
- Atuar como elemento de salvaguarda dos direitos à autonomia, informação livre, soberania popular, pluralismo e cidadania.
- Adotar uma Política Municipal de Comunicação Social e Cultural Digital, atenta à intersectorialidade da comunicação do governo e que atente para estruturas já postas, disponíveis, como rede de WiFi livre.

São Paulo passa por um momento de transição. A força industrial que impulsionou o processo de urbanização no século passado já não é mais o motor da economia. O crescimento populacional desacelera e estima-se que em 20 ou 30 anos teremos diminuição no número de habitantes. O modelo rodoviarista que definiu o espaço urbano se exauriu. A crise ambiental se manifesta, sobretudo, pelos equívocos históricos em relação à gestão dos recursos hídricos, marcados pelo desprezo aos rios e córregos e pela ocupação indevida dos mananciais. Uma nova ordem produtiva demanda uma nova ordem espacial. A busca por outros modelos de ocupação do solo, a revalorização do transporte público, o incentivo à mobilidade ativa e a conservação dos ativos ambientais exigem novos paradigmas na formulação das políticas públicas.

A sociedade civil também se transforma. A agenda histórica da reforma urbana, antes centrada na luta pelo direito à moradia digna, hoje é incrementada pela demanda por mobilidade, bens e serviços urbanos de qualidade. A população jovem, majoritariamente nascida sob uma cultura já urbana, está questionando a vida cotidiana da cidade. A integração das agendas da mobilidade, acessibilidade, direitos humanos, cultura e desenvolvimento urbano convergiram em um amplo processo de democratização do espaço público. O solo urbano é um bem finito e é previsível que seja objeto de intensa disputa. O poder público tem um papel central na mediação dos conflitos. Assim sendo, a reforma viária empreendida no campo da mobilidade foi seguida por um conjunto de ações voltado à regulação das formas de uso da rede de

espaços públicos. Programas de qualificação e reativação do espaço público como o Ruas Abertas, Centro Aberto e Carnaval de Rua se somaram a iniciativas como a implantação das praças WI-FI, Parklets, Jardins Verticais e a transformação de grandes espaços privados em espaços públicos, como o Centro Esportivo Tietê e o Parque Chácara do Jockey, assim como a regulamentação dos artistas de rua e food trucks, entre outros. Em muitos casos, foi a população que motivou a regulamentação calçada na escuta e diálogo que vem sendo cultivado entre o município e os coletivos culturais, ativistas urbanos e movimentos de bairro. O espaço público, antes terra de ninguém, vem sendo ressignificado e reapropriado pela população, reflexo desse campo fértil de revisão dos valores da cultura urbana da cidade, acolhida e incentivada pela prefeitura.

A transição pela qual passa São Paulo exige tanto a organização do processo de reestruturação produtiva em curso, quanto a reflexão sobre os valores culturais que moldam os modos de vida e as formas de uso do espaço da cidade. Nesse contexto, cabe ao poder público orquestrar todo esse processo, ordenar o espaço público e regular o uso privado da cidade para todos e para cada um.

Um dos principais instrumentos disponíveis às mãos do poder municipal é o marco regulatório da política urbana, no qual têm protagonismo o Plano Diretor e a Lei de Zoneamento. Atuando de maneira articulada e coesa, estabelecem as diretrizes de desenvolvimento da cidade, regulam as formas de uso e de ocupação do solo.

Essas leis contêm uma visão de longo prazo que define um pacto social pelo futuro da cidade.

Quando iniciamos a gestão, o marco regulatório estava desatualizado. A gestão anterior não conseguiu realizar as revisões do Plano Diretor Estratégico previstas em lei. Sendo assim, um dos principais compromissos da gestão Haddad foi a revisão desse marco legal. A proposta de Plano Diretor e a revisão do Zoneamento, elaborados por esta gestão e construídas por meio de um amplo processo participativo com a população estabelecem as bases para a implementação de um projeto de cidade para os 16 anos seguintes.

É no âmbito do Plano Diretor que se desenvolveram as políticas públicas voltadas para a habitação. O Plano propôs romper com a organização pendular da cidade, com regiões residenciais distantes e a região central complexa e bem estruturada. Ele incentiva a diversidade de atividades urbanas em todas as partes, vinculada ao transporte público de massa e equipamentos públicos, fomentando uma cidade melhor distribuída na sua atividade econômica, aproximando moradia e emprego, de forma a torná-la mais democrática e acessível para todos.

Um dos pontos essenciais da gestão Haddad nas políticas públicas para Habitação Social foi assumir que a habitação é parte da política urbana. O direito à cidade é a unificação dessas políticas, com a garantia de moradia nas áreas bem estruturadas da cidade e a estruturação das áreas com predominância de baixa renda, promovendo o máximo de funcionalidade e conforto em qualquer que seja a região, não só nas áreas economicamente mais privilegiadas.

Antes de 2013, havia um diagnóstico de que o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) não teria espaço em São Paulo porque a terra era cara. Havia financiamento federal para produção, mas necessitava da contrapartida da Prefeitura para a aquisição de terras e imóveis. As opções políticas da gestão Serra-Kassab privaram São Paulo da possibilidade de atender à faixa 1 do MCMV utilizando os grandes investimentos federais do PAC e do MCMV, principalmente no período 2009-2012. São Paulo perdeu a janela do MCMV. A gestão Serra-Kassab optou por realizar projetos de impacto de marketing pontuais, caros e que mais removeram do que atenderam famílias. A consequência foi o crescimento vertiginoso do número de famílias incluídas no Programa de Auxílio Aluguel, que

consiste no simples repasse de recursos financeiros para a família, sem qualquer perspectiva concreta de atendimento definitivo.

A gestão Haddad assumiu que o problema na área de habitação em São Paulo não era a falta de terra disponível a preços acessíveis em escala suficiente para combater o déficit habitacional da cidade, o que havia de problemático era a falta de uma política pública voltada para a aquisição de terra. Foi dada prioridade estratégica para a aquisição de terras e imóveis, com um conjunto bastante amplo de instrumentos regulatórios inéditos no Brasil.

Enfrentamos, também, o entendimento de que os empreendimentos habitacionais não poderiam ter elevadores devido à baixa capacidade dos moradores em arcar com seu custo de manutenção e que, portanto, tinham que se limitar a cinco pavimentos. A gestão Haddad superou esse preconceito. Ao reconhecer que havia terra, mas que era cara, foi preciso diminuir o valor do custo da terra por unidade habitacional, promovendo sua utilização mais eficiente, viabilizando custos mais compatíveis com a capacidade de aquisição pela Prefeitura. Além disso, os elevadores melhoram a qualidade dos condomínios, tornam o uso para as famílias mais confortável e garantem acessibilidade universal em todos os andares.

As ações do governo Haddad avançaram na estruturação de uma política habitacional para garantir a democratização do direito à cidade. O Plano Municipal de Habitação apresentado em 2016 incorpora os avanços do Plano Diretor, as ações do governo e é o próximo passo para avançar no enfrentamento das necessidades habitacionais existentes no município.

Apesar do cenário desfavorável em que nos encontramos, o governo Haddad conseguiu avançar significativamente em relação a grande parte das ousadas metas estabelecidas. Levando em consideração o total de terras adquiridas para o MCMV pela Prefeitura e pela iniciativa privada, temos o suficiente para bem mais de 55 mil unidades habitacionais. A destinação de 20% das 55 mil unidades para a autogestão foi viabilizada com edifícios e terrenos bem localizados e com infraestrutura já consolidada.

Para garantir que os setores de menor renda tenham seu lugar nessa cidade, mais do que dobramos as áreas de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS para 34 km², na somatória dos lotes demarcados para esse fim, o que é,

em termos de área construtível disponibilizada, mais do que suficiente para enfrentar o déficit habitacional da cidade pelos próximos 16 anos. O esforço pela ampliação das ZEIS foi importante não só para assegurar o direito à cidade em terrenos e imóveis não utilizados, mas também como uma garantia de fixação da população mais pobre em áreas que ela já ocupa, podendo ser consolidadas e transformadas efetivamente em bairros regulares.

Para além da política de provisão de moradia sustentada pelas diferentes modalidades do MCMV, foi necessário estruturar e diversificar a política de moradia na cidade. A demarcação dos assentamentos precários como ZEIS-1 garante o direito à política de regularização fundiária e, quando há conflitos com reintegrações de posse solicitadas pelo proprietário, garante que a área deverá ser destinada à Habitação de Interesse Social mesmo se for desocupada. Criou-se, assim, um ambiente favorável para o cumprimento de uma das metas mais ambiciosas da gestão, a de promover regularização fundiária para 200 mil famílias. Durante a gestão passada, o programa ficou à deriva. Foi retomado na gestão Haddad e está sendo executado.

São Paulo não pode ficar na dependência exclusiva dos financiamentos externos, como o MCMV ou o PAC, já que estes podem cessar, como de fato ocorreu. Por isso, foi importante fortalecer as alternativas de financiamento municipais como a criação do Cota de Solidariedade, o coeficiente básico de aproveitamento igual a 1 e a vinculação de receitas do Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB e das Operações Urbanas para a compra de terras para a habitação e para a mobilidade.

São Paulo, assim como todas as grandes cidades do país, tem um número significativo de imóveis vazios e sem uso, que não cumprem sua função social. O governo Haddad deu atenção especial ao combate do não cumprimento da Função Social da Propriedade, tornando esse controle mais rígido, com o IPTU progressivo e o Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios – PEUC, notificando as propriedades na área central e nas áreas de Operações Urbanas que não cumpriam a função social, prevendo a futura taxação progressiva e eventual desapropriação dessas áreas para destinação à produção de moradia. Já são mais de dois milhões de metros quadrados notificados, o que é inédito, nesse escala, no Brasil. Isso equivale a dois anos de toda a produção do mercado

imobiliário privado na cidade. Tal medida, associada à iniciativa de negociar com os proprietários para o eventual aluguel desses imóveis para fazer locação social, pode gerar uma mudança significativa na ocupação da região central da cidade.

A lista de instrumentos regulatórios da política urbana e habitacional que foram implantados pela gestão Haddad não existe em nenhuma outra cidade do Brasil. Com a reativação dos espaços de participação, inclusive com a reinstalação do Conselho Municipal de Habitação, recuperamos o diálogo com os movimentos sociais, e visamos a construção de uma política habitacional com a efetiva participação dos principais interessados: a população que ainda sofre pela falta de moradia digna.

O Plano Diretor Estratégico elaborado pela gestão Haddad também trouxe importantes avanços para a agenda ambiental da cidade. As ações concertadas nas Bordas da Cidade exemplificam os ganhos gerados quando as políticas públicas resultam da integração das políticas setoriais. Nas bordas, os programas de fomento ao ecoturismo (como a criação do Polo de Ecoturismo de Parelheiros) e à agricultura familiar respondem conjuntamente à conservação ambiental, ao plano de desenvolvimento sustentável da zona rural, aos programas de geração de renda para populações vulneráveis e à política de segurança alimentar. O PDE, ao resgatar a zona rural no município, ofereceu o marco legal necessário para que a população nela residente acesse os programas de financiamento agrícola. Por sua vez, o acesso ao mercado foi estruturado a partir da política de compras municipal que visa atingir os pequenos e micro produtores. O sistema de abastecimento da merenda escolar, hoje responsável pela produção de 2 milhões de merendas por dia, garante a produção. A regulamentação da lei que torna obrigatória a introdução de alimentos orgânicos na alimentação escolar é um marco importante na cidade. A prioridade agora é privilegiar os produtores locais e incentivá-los à transição para os orgânicos.

O Plano Diretor integrou as demandas ambientais ao desenvolvimento da cidade, ampliando em 53% as Zonas Especiais de Proteção Ambiental. O PDE também instituiu o Fundo Municipal para Parques, um mecanismo de financiamento para implantação de parques em áreas específicas definidas pela Prefeitura, e o Pagamento por Serviços Ambientais, um mecanismo de incentivo à

conservação de áreas verdes. Ambos instrumentos ainda precisam ser implementados.

Diversas ações importantes da gestão Haddad contribuíram significativamente para a sustentabilidade ambiental da cidade, em especial nas áreas da mobilidade urbana, gestão dos resíduos sólidos e iluminação pública. A prioridade dada ao transporte coletivo e à mobilidade ativa, com a implantação de faixas exclusivas de ônibus, ciclovias e reforma de calçadas, representam um avanço essencial para reduzir o uso do transporte individual e, portanto, reduzir a emissão de poluentes e a contribuição para o aquecimento global. A implantação das duas primeiras centrais mecanizadas de triagem de resíduos sólidos da cidade, a ampliação da coleta seletiva para todos os distritos da cidade e o incentivo à compostagem caseira são medidas que permitiram o aumento da reciclagem

dos resíduos sólidos, reduzindo o seu impacto ambiental. A troca da iluminação pública por LED é outra ação de grande impacto, pois representa uma relevante economia de energia na cidade.

Outras políticas importantes para a preservação do meio ambiente foram a introdução da cota ambiental na lei do Zoneamento, o projeto de lei do IPTU Verde e o desconto no IPVA para os veículos elétricos. Todas essas legislações criam incentivos essenciais para a sustentabilidade do espaço urbano em São Paulo. O projeto Árvores no Asfalto é outro exemplo de inovação nas soluções para um uso mais qualificado do solo urbano, aumentando a arborização na estrutura viária já consolidada da cidade. O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo, elaborado pela gestão Haddad, traz as principais diretrizes para se equacionar o problema na cidade.

DIRETRIZES

- Enfrentar o problema de moradia em toda a cidade: garantia do direito à cidade, com diversidade de atendimento habitacional que responda à diversidade da demanda em todas as regiões da cidade (centrais e periféricas), por meio da produção e adequação de moradias novas, locação social, urbanização, regularização fundiária, melhorias habitacionais, assistência técnica, mediação de conflitos fundiários, moradia transitória, regulação e fiscalização do mercado privado (cortiços, aluguéis e construção de moradias), com gestão democrática, articulada com os programas das outras secretarias e no território
- Ampliar a introdução de alimentos orgânicos na alimentação escolar
- Ampliar as ações voltadas à educação ambiental na cidade
- Ampliar a participação e a transparência na gestão das áreas verdes, parques e praças da cidade
- Ampliar a participação e a transparência na gestão das Fortalecer a gestão das áreas verdes da cidade
- Fortalecer o diálogo com a sociedade, em especial com os movimentos e organizações de defesa do direito à moradia e à cidade
- Ampliar a introdução de alimentos orgânicos na alimentação escolar
- Fortalecer a fiscalização ambiental
- Implementar a Política Habitacional a partir do Plano Municipal de Habitação proposto pelo governo Haddad
- Ampliar as áreas verdes e arborizadas da cidade
- Ampliar a coleta seletiva e a reciclagem dos resíduos sólidos gerados na cidade, com a utilização de inovações tecnológicas
- Fortalecer, reestruturar e modernizar o setor de Habitação da Prefeitura
- Implementar uma política de acesso à terra/imóveis para produzir habitação popular (HIS): garantir aquisição de imóveis localizados no centro e bairros que tenham infraestrutura, equipamentos e emprego para produzir HIS de forma constante utilizando recursos do orçamento municipal, fundos, instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos, programas de financiamento e repasse de imóveis dos governos federal, estadual e municipal e suas respectivas autarquias
- Ampliar a participação e a transparência na gestão das Fortalecer a gestão das áreas verdes da cidade
- Ampliar a introdução de alimentos orgânicos na alimentação escolar
- Efetivar instrumentos de incentivo ao desenvolvimento rural sustentável

- **APROFUNDAR A DEMOCRATIZAÇÃO DO USO E GESTÃO COMPARTILHADA ESPAÇOS PÚBLICOS:**
 - Articular propostas que aprofundem a democratização do uso e a inflexão na ocupação do espaço público
 - Descentralizar a gestão e as ações relacionadas à ocupação de espaços públicos, envolvendo uma multiplicidade de grupos, coletivos e locais de São Paulo
 - Estimular a apropriação coletiva do espaço público a partir de uma gestão democrática dos conflitos
 - Potencializar a proteção dos usos históricos e a valorização do patrimônio
 - Fomentar o uso do espaço público, priorizando ações de requalificação e gestão

- **FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO URBANO LOCAL EM ÁREAS DE ALTA VULNERABILIDADE:**
 - Priorizar e promover investimentos públicos nas áreas de maior vulnerabilidade social a partir de programas de desenvolvimento local induzidos por projetos urbanos de alto impacto social
 - Criar condições para investimentos descentralizados que combinem diversas políticas setoriais

- **QUALIFICAR OS CENTROS DE BAIRRO, OS EIXOS DE MOBILIDADE E OS POLOS DE DESENVOLVIMENTO:**
 - Aprofundar a transformação iniciada com os Eixos de Transformação, demarcados ao longo dos corredores de transporte de media e alta capacidade, e a Estruturação Metropolitana, promovendo a inclusão territorial e produtiva nas áreas com melhor infraestrutura de equipamentos e de mobilidade
 - Priorizar a implementação de projetos estruturados na cidade que apontam para o aprofundamento das políticas de inclusão produtiva e a produção de moradia nas áreas com boa infraestrutura
 - Investir em estratégias mais efetivas de proteção ambiental a partir de usos sustentáveis que combinem a produção de alimentos orgânicos, ecoturismo, políticas de geração de renda e desenvolvimento rural e a ampliação das zonas de proteção ambiental e preservação dos recursos hídricos

- **ESTIMULAR A GESTÃO URBANA BASEADA EM INFORMAÇÕES, VISANDO ARTICULAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS TENDO O CIDADÃO COMO FOCO E COMO SUJEITO:**
 - Tornar a estrutura do setor público mais permeável às intensas mudanças da sociedade em relação às formas de implementar as políticas públicas
 - Combinar a grande disponibilização de dados em formato aberto e criar uma estrutura de mobilização conjunta com os segmentos da sociedade para gerir inovações em conteúdo e em formas de implantação das públicas e estimular o diálogo a partir de conteúdos práticos

A fundação do Partido dos Trabalhadores tem como pilares de sua composição as comunidades eclesiais de base, o movimento sindical e a intelectualidade, além de uma relação intrínseca com os artistas, os movimentos sociais e populares e as organizações de luta pelos direitos das mulheres, dos negros, indígenas, juventude, LGBTs, pessoas com deficiência, entre outros setores de lutas sociais. Neste sentido, a consolidação do PT nas cidades sempre tem início com a eleição de parlamentares que atuam no sentido de oferecer maior visibilidade a essas pautas. O Poder Legislativo, na sua condição e representação da população, é terreno fértil para travar esses debates e se configura como primeiro espaço institucional de representação.

Vale mencionar, contudo, a formulação incipiente do PT sobre o tema para além do período eleitoral. A construção de uma bancada forte e propositiva deve ser anterior à discussão eleitoral, mas uma atenção permanente dos Diretórios em todos, que deve tratar o tema de maneira tática para o projeto estratégico de cidade que o PT deseja construir em São Paulo. Essa elaboração deve considerar o mapa eleitoral, fortalecendo a organização de base do partido, o diálogo e a atuação junto aos movimentos sindical, social e popular, assim como interagindo com as pautas por uma agenda de direitos que emergem desde 2013.

Não pode ser desconsiderada a insatisfação nacional em relação à política, assim como a campanha midiática permanente que tenta aprofundar essa realidade. Se por um lado o sentimento de insatisfação é real, tendo em vista que 78% da população está com a confiança abalada em

relação aos políticos, 77% em relação aos partidos políticos e 60% em relação ao Congresso Nacional, a chamada crise de representatividade não encontrará alternativas para além do fortalecimento das instituições democráticas.

Não é possível, desta forma, prescindir de uma agenda democrática positiva, com transparência ativa e prestação de contas e aprofundamento dos fóruns e instância de participação, nunca abdicando dos recursos modernos e tecnológicos que possibilitam cada vez mais interação entre um poder público cada vez mais aberto e uma sociedade civil cada vez mais participativa. Reafirmamos que a ausência de povo no debate político é também a ausência de democracia e de uma pauta progressista de aprofundamento de direitos. A atual conjuntura política exige uma reflexão sobre o papel das bancadas e de cada vereador.

O parlamento paulistano tem reconhecido na intervenção firme e atuante dos vereadores petistas importantes contribuições para tornar a cidade de São Paulo mais justa e solidária. Com pautas inovadoras e corajosas, mas sem nunca perder o eixo de interação com a agenda dos movimentos populares e demandas das periferias, a bancada de vereadores do PT possui a unidade como marca de atividade uma legislativa voltada para a implementação de um projeto de desenvolvimento que extrapola os limites do município e está sintonizado com a agenda nacional.

O parlamento paulistano é protagonista de legislações que avançam nas competências mínimas previstas pela Constituição Federal de 1988, muito por intervenção do modo petista de atuação parlamentar. Sendo assim, os vereadores e as vereadoras do PT, juntamente com a Direção

Municipal e os Diretórios Zonais do partido, devem assumir a discussão de temas como a reforma política e projetos estratégicos para o país, sendo uma referência para outros parlamentos.

Historicamente, a atuação dos vereadores do PT na cidade de São Paulo foi fundamental para, em muitos momentos, assegurar uma agenda de oposição combativa e consequente, apresentando-se como porta-vozes das lutas sociais para dar visibilidade às demandas destes setores, bem como na fiscalização de governos pouco atrelados a estes segmentos. Da mesma forma, a Bancada do PT foi decisiva durante os períodos que antecederam as campanhas vitoriosas do PT na cidade de São Paulo, na mesma medida em que exerceu papel fundamental na arena política para assegurar que estas gestões se caracterizassem pela marca do Modo Petista de Governar.

Atualmente, a relação da Bancada do PT, com nove vereadores e uma vereadora, apresenta um significativo balanço de contribuições decisivas para a cidade de São Paulo: na aprovação da agenda positiva proposta pelo prefeito Fernando Haddad, assegurando que o projeto vitorioso nas urnas em 2012 pudesse ser implementado no município; promoveu importantes debates públicos sobre os principais temas da cidade, mas também sobre as questões nacionais que influenciam diretamente a vida dos paulistanos; zelou pelos interesses da cidade, em plena sintonia com o Executivo, mas sem deixar de lado suas funções zeladores do interesse público e popular.

Na condição de partido do governo, na mesma medida em que precisa estar alinhada com as pautas do Executivo, também deve ser independente e autônoma, especialmente para assegurar os freios e contrapesos da proposta original do sistema de separação dos poderes. Isso significa que vereadores e vereadoras são atores fundamentais na construção do projeto do PT para a cidade de São Paulo e não devem, em momento algum, abdicar desta condição para o exercício pleno de sua tarefa.

A construção de uma bancada forte e propositiva deve ser anterior à discussão eleitoral e deve ter uma atenção permanente do Diretório Municipal, que precisa tratar o tema de maneira tática para o projeto estratégico de cidade que o PT deseja construir em São Paulo. Essa elaboração deve considerar o mapa eleitoral, fortalecendo a organização de base do partido, o diálogo e a atuação junto aos movimentos sindical, social e popular, assim como

interagindo com as pautas por uma agenda de direitos que emerge nas ruas desde 2013.

Se o Parlamento paulistano em muitos momentos não dá conta de dialogar com as pautas relacionadas à efetivação dos direitos sociais, muito tem a ver com uma representação distorcida dos diferentes seguimentos que compõem a cidade. O PT deve se comprometer de maneira intransigente com a ampliação da participação das mulheres, dos negros, jovens, LGBTs, trabalhadores nos espaços de representação pública, especialmente na Câmara Municipal, começando com a própria Bancada, assumindo a condução da chapa de vereadores do PT nas eleições como prioridade para o fortalecimento do partido na cidade de São Paulo.

O nebuloso cenário de crise política nacional incide sobremaneira na conjuntura municipal, especialmente na cidade São Paulo, palco das principais polarizações do país. Não por acaso, a menos de três meses das eleições municipais, as discussões dos noticiários passam ao largo do debate municipal e das questões da cidade, encontrando o foco da grande imprensa, inclusive do noticiário local, nas questões relacionadas às operações da Polícia Federal, Congresso Nacional e Governo Federal. A primeira eleição sem a interferência do poder econômico empresarial no financiamento das candidaturas abre uma janela de oportunidades para o reencantamento da política na disputa de corações e mentes sobre projetos distintos de cidade.

Trata-se, portanto, de um momento propício para construir novos paradigmas eleitorais, ocupando as ruas com diálogo social e oferecendo protagonismo às associações, coletivos, movimentos, sindicatos e demais entidades que articulam a sociedade civil, na perspectiva de liderar a politização do pleito de 2016. Sendo assim, a chapa de candidatos e candidatas do PT deve se manter sempre alinhada com a defesa dos direitos e da democracia, combatendo o corporativismo dos setores que detêm o poder econômico, representam os interesses alheios ao bem comum e afrontam os direitos humanos e as liberdades individuais.

A Bancada do PT sempre terá um lado e, desta forma, deve estar sempre alinhada com os valores da cidadania plena, articulando frentes e blocos suprapartidários comprometidos com essa agenda para fazer o enfrentamento ao golpismo e à retomada de medidas neoliberais, como o esvaziamento das políticas sociais. Os mandatos de parlamentares do PT devem ser uma expressão local da articu-

lação dos movimentos sociais, das lutas por direitos, justiça social, qualidade de vida e, acima de tudo, pela democracia. Esse compromisso estará sempre em primeiro lugar, independente da condição de oposição ou governo. É este vigor do comprometimento com a luta que nos assegura o fortalecimento do partido na cidade.

É indispensável que no próximo período a bancada intensifique medidas que assegurem transparência, possibilitem o controle social e promovam a socialização das informações, assim como se deu através do Programa Câmara no Seu Bairro, que em 2015 levou sessões para cada uma das subprefeituras da cidade, em horário e dia propício à participação das pessoas. Ações como esta fortalecem a democracia, contribuem para a formação de cidadãos e criam condições para uma nova cultura de participação.

Nunca, em 36 anos de história, o PT precisou tanto de militantes como agora, nesta que é a principal de todas as campanhas eleitorais da história recente. Se todas as campanhas são diferentes essa é diferente de todas as outras e queremos inaugurar neste momento uma nova forma de fazer eleições.

Por fim, o Partido dos Trabalhadores da cidade de São Paulo conclama toda a sua militância e simpatizantes a assumir as campanhas dos candidatos e candidatas da chapa de vereadores e vereadoras apresentada à cidade nesta data, organizando debates, reuniões e rodas de conversas para apresentar nossas candidaturas aos familiares, amigos, grupos de afinidade. A mobilização de base é a força do PT e só assim poderemos manter uma grande Bancada na Câmara Municipal de São Paulo.

A ESCOLA DOS MEUS SONHOS

Frei Betto

Na escola dos meus sonhos, os alunos aprendem a cozinhar, costurar, consertar eletrodomésticos, a fazer pequenos reparos de eletricidade e de instalações hidráulicas, a conhecer mecânica de automóvel e de geladeira e algo de construção civil. Trabalham em horta, marcenaria e oficinas de escultura, desenho, pintura e música. Cantam no coro e tocam na orquestra. Uma semana ao ano integram-se, na cidade, ao trabalho de lixeiros, enfermeiras, carteiros, guardas de trânsito, policiais, repórteres, feirantes e cozinheiros profissionais. Assim aprendem como a cidade se articula por baixo, mergulhando em suas conexões que, à superfície, nos asseguram limpeza urbana, socorro de saúde, segurança, informação e alimentação.

Não há temas tabus. Todas as situações-limite da vida são tratadas com abertura e profundidade: dor, perda, falência, parto, morte, enfermidade, sexualidade e espiritualidade. Ali os alunos aprendem o texto dentro do contexto: a Matemática busca exemplos na corrupção dos precatórios e nos leilões das privatizações; o Português, na fala dos apresentadores de TV e nos textos de jornais; a Geografia, nos suplementos de turismo e nos conflitos internacionais; a Física, nas corridas de Fórmula-1 e nas pesquisas do super-telescópio Hubble; a Química, na qualidade dos cosméticos e na culinária; a História, na violência de policiais contra cidadãos, para mostrar os antecedentes na relação colonizadores-índios, senhores-escravos, Exército-Canudos, etc.

Na escola dos meus sonhos, a interdisciplinaridade

permite que os professores de Biologia e de Educação Física se complementem; a multidisciplinaridade faz com que a História do livro seja estudada a partir da análise de textos bíblicos; a transdisciplinaridade introduz aulas de meditação e dança e associa a história da arte à história das ideologias e das expressões litúrgicas. Se a escola for laica, o ensino religioso é plural: o rabino fala do judaísmo, o pai-de-santo, do candomblé; o padre, do catolicismo; o médium, do espiritismo; o pastor, do protestantismo; o guru, do budismo, etc. Se for católica, há periódicos retiros espirituais e adequação do currículo ao calendário litúrgico da Igreja. Na escola dos meus sonhos, os professores são obrigados a fazer periódicos treinamentos e cursos de capacitação e só são admitidos se, além da competência, comungam os princípios fundamentais da proposta pedagógica e didática. Porque é uma escola com ideologia, visão de mundo e perfil definido do que sejam democracia e cidadania. Essa escola não forma consumidores, mas cidadãos.

Ela não briga com a TV, mas leva-a para a sala de aula: são exibidos vídeos de anúncios e programas e, em seguida, analisados criticamente. A publicidade do iogurte é debatida; o produto adquirido; sua química, analisada e comparada com a fórmula declarada pelo fabricante; as incompatibilidades denunciadas, bem como os fatores porventura nocivos à saúde. O programa de auditório de domingo é destrinchado: a proposta de vida subjacente, a visão de felicidade, a

relação animador-plateia, os tabus e preconceitos reforçados, etc. Em suma, não se fecham os olhos à realidade, muda-se a ótica de encará-la. Há uma integração entre escola, família e sociedade. A Política, com P maiúsculo, é disciplina obrigatória. As eleições para o grêmio ou diretório estudantil são levadas a sério e, um mês por ano, setores não vitais da instituição são administrados pelos próprios alunos. Os políticos e candidatos são convidados para debates e seus discursos analisados e comparados às suas práticas.

Não há provas baseadas no prodígio da memória nem na sorte da múltipla escolha. Como fazia meu velho mestre Geraldo França de Lima, professor de História (hoje romancista e membro da Academia Brasileira de Letras), no dia da prova sobre a Independência do Brasil, os alunos traziam para a classe a bibliografia per-

tinente e, dadas as questões, consultavam os textos, aprendendo a pesquisar. Não há coincidência entre o calendário gregoriano e o curricular. João pode cursar a 5ª série em seis meses ou em seis anos, dependendo de sua disponibilidade, aptidão e seus recursos. É mais importante educar do que instruir; formar pessoas que profissionais; ensinar a mudar o mundo que ascender à elite. Dentro de uma concepção holística, ali a ecologia vai do meio ambiente aos cuidados com nossa unidade corpo-espírito e o enfoque curricular estabelece conexões com o noticiário da mídia.

Na escola dos meus sonhos, os professores são bem pagos e não precisam pular de colégio em colégio para se poderem manter. Pois é a escola de uma sociedade em que educação não é privilégio, mas direito universal, e o acesso a ela, dever obrigatório.

Frei Betto é escritor, autor do romance “O Vencedor” (Ática), entre outros livros.

OS PRINCIPAIS MINISTÉRIOS: CULTURA

Renato Janine Ribeiro

Qualquer um sabe responder quais são os principais ministérios do governo federal —aliás, de qualquer governo no mundo atual. São os da área econômica. Só que não.

Os ministérios que definem o futuro de um país, que deverão ser decisivos nos próximos anos, e em poucas décadas serão reconhecidos como os principais, são três: Cultura, Atividade Física (como eu chamaria a atual pasta dos Esportes) e Meio Ambiente.

Essa tese parece tão insensata que precisa ser justificada. Começo pela Cultura; nas próximas colunas falarei das outras duas áreas. Mas um artigo de Antonio Callado pode ilustrar esta questão inteira: em abril de 1994, quando Rubens Ricupero deixou o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal para assumir a Fazenda, Callado lamentou o que ele, só ele, chamou de rebaixamento: Ricupero deixava uma pasta que portava o futuro do mundo, para cuidar de algo sem a mesma relevância estratégica. É nesta linha que vamos argumentar.

É claro que a economia é decisiva para um país, um governo. Mas ela geralmente trata de meios, mais que de fins. O próprio nome de ‘infraestrutura’, usado para agrupar algumas de suas pastas, já indica isso: infra, não super. O solo que pisamos, não o espaço entre zero e dois metros de altura em que nos movemos. Temos também ministérios para lidar com nossos déficits sociais, como saúde, direitos humanos, igualdade das mulheres e dos negros. Um dia que não deve demorar muito, a igualdade de direitos estará alcançada. Mas, desde já,

há setores da administração que devem apontar fins — não de forma autoritária, vertical, mas fazendo a riqueza criativa da sociedade impactar a administração.

A cultura tem a ver com a educação. As duas pressupõem que o ser humano não nasce pronto, mas é continuamente construído pela descoberta dos segredos do mundo e pela invenção do novo. Na educação como na cultura, não há limite: sempre se pode descobrir ou inventar mais. Nada é tão crucial quanto elas para uma sociedade em mudança rápida, como a nossa.

A educação e a cultura, nas suas várias formas, fazem crescer a liberdade das pessoas. A cultura, já afirmei aqui, é a educação fora de ordem, livre e bagunçada. Para cursos, há currículos. Para a cultura, não. Um curso sobre a abolição da escravatura é educação, o filme Lincoln é cultura. Cada vez mais, a educação deverá se culturalizar: um, deixando de seguir currículos rígidos; dois, tornando-se prazerosa; três, criativa.

A Cultura deixará de ser o sobrinho menor da Educação. O próprio caráter imprevisível da ação cultural e a dificuldade de planejá-la fazem dela um dos modelos para o que deve ser a educação numa sociedade criativa. Deve-se conservar na educação um currículo norteador, que leve da infância à idade adulta. Mas para entender o mundo que hoje desponta é bom ter claro o seguinte: a educação não termina no último dia do ensino profissional ou do curso superior — nem nunca.

Alguns diplomas, como o de médico, até poderão ser concedidos com exigência de atualização, a cada tantos

anos. Essa atualização será dada por cursos avaliados e fará parte da área da Educação. Mas além das atualizações obrigatórias, previstas em lei, será necessário – e demandado – um crescente leque de cursos abertos, sem definição profissional, que aumentarão incrivelmente a qualidade da vida dos alunos. Já temos iniciativas neste sentido, inclusive uma empresarial (a Casa do Saber), que têm dado certo. Ênfase: esses cursos serão mais culturais, não estritamente educacionais. Para cada curso de atualização em genoma para profissionais de saúde, haverá dezenas sobre filmes de conflitos entre pais e filhos, de aprendizado com religiões distantes, de arte em videogames, destinados a cidadãos em geral, de qualquer profissão – e a lista não acaba.

A cultura é indutora de liberdade. Romances, filmes e mesmo novelas nos abrem para experiências com as quais, no mundinho em que cada um nasceu e cresce, nunca pudemos sonhar (É inquietante como estamos voltando a viver em guetos; a própria dificuldade de tantos aceitarem que houve gente que votou diferente deles, na recente eleição, é sinal desse fechamento de cada grupo sobre si – o que pode limitar a capacidade de cada um se enriquecer com a compreensão do outro, do diferente).

Quem cresceu num meio limitado pode descobrir que o sentido de sua vida é a fotografia (como o jovem favelado que é o narrador do filme *Cidade de Deus*): um artista se revela. Ou um menino sensível, alvo de “bullying” na escola, descobre que é homossexual e que não está sozinho no mundo: um ser humano se liberta da ignorância que o prendia. Assim, a cultura aumenta seu próprio contingente – com a descoberta de novos artistas – mas, acima de tudo, amplia a liberdade humana.

Hoje, pela primeira vez na história mundial, cada um de nós pode efetuar a sintonia mais fina possível de sua vocação. Antigamente, cada pessoa vivia num pacote identitário: por exemplo, homem branco abonado, casado, filhos, advogado ou médico ou engenheiro. Tudo isso vinha junto. Hoje, as possibilidades se ampliaram muitíssimo. Há milhares de profissões. No limite, cada um cria a sua. Profissão, emprego, orientação sexual, estado civil, crenças políticas e religiosas, tudo isso se combina como um arco-íris felizmente enlouquecido. Ninguém é mais obrigado a se moldar a um pacote. Mas isso não é fácil, exige uma interminável descoberta de si e, por que não dizer, coragem pessoal. A cultura ajuda aqui, porque

nenhum setor da aventura humana nos capacita tanto para, cada um de nós, descobrir sua diversidade única.

Não há temas tabus. Todas as situações-limite da vida são tratadas com abertura e profundidade: dor, perda, falência, parto, morte, enfermidade, sexualidade e espiritualidade. Ali os alunos aprendem o texto dentro do contexto: a Matemática busca exemplos na corrupção dos precatórios e nos leilões das privatizações; o Português, na fala dos apresentadores de TV e nos textos de jornais; a Geografia, nos suplementos de turismo e nos conflitos internacionais; a Física, nas corridas de Fórmula-1 e nas pesquisas do super-telescópio Hubble; a Química, na qualidade dos cosméticos e na culinária; a História, na violência de policiais contra cidadãos, para mostrar os antecedentes na relação colonizadores-índios, senhores-escravos, Exército-Canudos, etc.

Na escola dos meus sonhos, a interdisciplinaridade permite que os professores de Biologia e de Educação Física se complementem; a multidisciplinaridade faz com que a História do livro seja estudada a partir da análise de textos bíblicos; a transdisciplinaridade introduz aulas de meditação e dança e associa a história da arte à história das ideologias e das expressões litúrgicas. Se a escola for laica, o ensino religioso é plural: o rabino fala do judaísmo, o pai-de-santo, do candomblé; o padre, do catolicismo; o médium, do espiritismo; o pastor, do protestantismo; o guru, do budismo, etc. Se for católica, há periódicos retiros espirituais e adequação do currículo ao calendário litúrgico da Igreja. Na escola dos meus sonhos, os professores são obrigados a fazer periódicos treinamentos e cursos de capacitação e só são admitidos se, além da competência, comungam os princípios fundamentais da proposta pedagógica e didática. Porque é uma escola com ideologia, visão de mundo e perfil definido do que sejam democracia e cidadania. Essa escola não forma consumidores, mas cidadãos.

Ela não briga com a TV, mas leva-a para a sala de aula: são exibidos vídeos de anúncios e programas e, em seguida, analisados criticamente. A publicidade do iogurte é debatida; o produto adquirido; sua química, analisada e comparada com a fórmula declarada pelo fabricante; as incompatibilidades denunciadas, bem como os fatores porventura nocivos à saúde. O

programa de auditório de domingo é destrinchado: a proposta de vida subjacente, a visão de felicidade, a relação animador-plateia, os tabus e preconceitos reforçados, etc. Em suma, não se fecham os olhos à realidade, muda-se a ótica de encará-la. Há uma integração entre escola, família e sociedade. A Política, com P maiúsculo, é disciplina obrigatória. As eleições para o grêmio ou diretório estudantil são levadas a sério e, um mês por ano, setores não vitais da instituição são administrados pelos próprios alunos. Os políticos e candidatos são convidados para debates e seus discursos analisados e comparados às suas práticas.

Não há provas baseadas no prodígio da memória nem na sorte da múltipla escolha. Como fazia meu velho mestre Geraldo França de Lima, professor de História (hoje romancista e membro da Academia Brasileira de Letras), no dia da prova sobre a Independência do

Brasil, os alunos traziam para a classe a bibliografia pertinente e, dadas as questões, consultavam os textos, aprendendo a pesquisar. Não há coincidência entre o calendário gregoriano e o curricular. João pode cursar a 5ª série em seis meses ou em seis anos, dependendo de sua disponibilidade, aptidão e seus recursos. É mais importante educar do que instruir; formar pessoas que profissionais; ensinar a mudar o mundo que ascender à elite. Dentro de uma concepção holística, ali a ecologia vai do meio ambiente aos cuidados com nossa unidade corpo-espírito e o enfoque curricular estabelece conexões com o noticiário da mídia.

Na escola dos meus sonhos, os professores são bem pagos e não precisam pular de colégio em colégio para se poderem manter. Pois é a escola de uma sociedade em que educação não é privilégio, mas direito universal, e o acesso a ela, dever obrigatório.

Íntegra de artigo de Renato Janine Ribeiro, ex-ministro da Educação, datado de 1º de dezembro de 2014.